

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

ADOLFO FREIRE DE LIMA NETO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONHECIMENTO ACERCA DE BANCOS E
COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

ITABAIANA/SE

2023

ADOLFO FREIRE DE LIMA NETO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONHECIMENTO ACERCA DE BANCOS E
COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Administração/DACI, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus Universitário Professor Alberto Carvalho, regulamentado pela Res. nº 038/2007/CONEP, como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ivanilda Silva

ITABAIANA/SE

2023

ADOLFO FREIRE DE LIMA NETO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONHECIMENTO ACERCA DE BANCOS E
COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Administração/DACI, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus Universitário Professor Alberto Carvalho, regulamentado pela Res. nº 038/2007/CONEP, como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profª Drª Ivanilda Silva

Aprovado em: ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Ivanilda Silva (UFS)
Orientadora

Profº Me. Hiago da Silva Santos (Uniplan)
Examinador

Profº Me. José Maxuel de Farias Ferreira (UFS)
Examinador

AGRADECIMENTOS

Dou início agradecendo primeiramente a minha avó, carinhosamente intitulada por mim como “Véia” e pelos demais como “Dona Bete”, por ter ajudado na minha criação e formação do meu caráter. Sigo com agradecimentos especiais ao meu pai Adriano e à minha mãe Dayse pelo esforço para me proporcionar uma educação de qualidade e todas as oportunidades possíveis, que se mostraram essenciais para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Aos três, gostaria de ressaltar a minha profunda gratidão por zelarem pelo meu futuro e confiarem em mim por todos esses anos de formação acadêmica.

À minha irmã Aysla por toda compreensão e amizade, agradeço por me dar forças para continuar. Bem como à minha namorada Camila por sempre estar ao meu lado, me dando todo apoio e incentivo assim me fazendo não desistir, ao meu padrasto Ricardo por ser sempre prestativo e se fazer presente nos momentos em que mais precisei, aos meus sogros Albertina e Adjalmir pelos conselhos e apoio, à minha prima Gracyane pelos conhecimentos e suporte e às minhas tias por me apoiarem nos momentos de aflição.

Agradeço, ainda, a Nielle por ter me auxiliado no desenvolvimento deste estudo, aos meus amigos Jom, Francelito, Victinho e Amado por me incentivarem em meus momentos difíceis e perdoarem minha ausência, e aos meus colegas de classe e amigos Allan, Camila, Wanderson, Hesley, Huan, Itamara e ao grupo YEEES por passarem por tudo isso ao meu lado e vencerem essa etapa junto comigo.

Por fim, à família Sicredi, em especial Sebastião, Gabriel, Carla e Lyslene pelo conhecimento compartilhado, experiência dividida, pelos momentos importantes, não esquecendo a agradável companhia, e à minha orientadora Ivanilda Silva, que aceitou o desafio de me orientar e por conduzir esse trabalho com paciência e dedicação, meus sinceros agradecimentos por ajudarem a fazer esse trabalho acontecer.

RESUMO

A educação financeira é o fenômeno responsável por orientar os comportamentos que serão adotados pelos indivíduos durante a administração de seus recursos financeiros, de forma que quanto mais informações eles possuem, maiores as chances de utilizarem seus recursos de forma consciente e adequada. Já aqueles com pouca educação financeira estão mais propensos a consumirem de maneira irracional e adquirirem dívidas. As instituições financeiras, como os bancos e as cooperativas de crédito, têm um papel importante na economia à medida que desempenham a função de administradores dos recursos financeiros de seus clientes ou associados, respectivamente. O presente estudo busca mensurar e verificar a relação entre a educação financeira e os fatores sociodemográficos, bem como medir o conhecimento sobre bancos e cooperativas de crédito dos moradores da cidade de Itabaiana/SE. A pesquisa foi realizada a partir de uma análise quantitativa e descritiva, utilizando um questionário estruturado com perguntas fechadas, abordando a educação financeira, conhecimento sobre bancos e cooperativas de crédito, além de fatores sociodemográficos, e foi aplicado *on line* via *Google Forms*®. A partir da análise dos resultados, verificou-se que os respondentes têm um nível médio de educação financeira, mas apresentam lacunas acerca do conhecimento sobre bancos e cooperativas de crédito.

Palavras-chave: Educação financeira; Cooperativas de crédito; Bancos; Instituições financeiras

ABSTRACT

Financial education is the phenomenon responsible for guiding the behaviors that will be adopted by individuals during the management of their financial resources, so that the more information they have, the greater the chances of using their resources consciously and appropriately. Those with little financial education are more likely to consume irrationally and acquire debt. Financial institutions, such as banks and credit unions, play a significant role in the economy as they play the role of stewards of the financial resources of their customers or members, respectively. The present study seeks to measure and verify the relationship between financial education and sociodemographic factors, as well as to measure the knowledge about banks and credit unions of residents of the city of Itabaiana/SE. The research was carried out based on a descriptive quantitative analysis, using a structured questionnaire with closed questions, addressing financial education, knowledge about banks and credit unions, in addition to sociodemographic factors, and was applied online via Google Forms®. From the analysis, the results showed that respondents have a middle level of financial education, but have gaps in knowledge about banks and credit unions.

Keywords: financial education; Credit unions; Banks; Financial institutions

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Representação da tríade da alfabetização financeira.....	18
Figura 2	Crescimento das transações bancárias em canais digitais.....	27
Figura 3	Número de cooperativas, cooperados e empregados, por ramo de atividade	31
Figura 4	Principais cooperativas de crédito atuantes no Brasil.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução do número de iniciativas da semana ENEF, por ano.....	21
Gráfico 2	Percentual de gênero com o qual os participantes se identificam.....	41
Gráfico 3	Percentual de escolaridade apresentado pelos participantes da pesquisa.	42
Gráfico 4	Percentual de ocupação profissional dos participantes da pesquisa.....	43
Gráfico 5	Percentual do nível de renda dos participantes da pesquisa.....	44
Gráfico 6	Escore da educação financeira dos participantes da pesquisa.....	45
Gráfico 7	Escore do nível de conhecimento sobre os bancos.....	51
Gráfico 8	Escore do nível de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre cooperativas de crédito.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação entre as variáveis socioeconômicas e educação/alfabetização financeira.....	24
Quadro 2	Relação entre as variáveis sociodemográficas e educação financeira.....	25
Quadro 3	Classificação das cooperativas de crédito e seus tipos de serviço.....	33
Quadro 4	Diferenças entre bancos comerciais e cooperativas de crédito.....	34
Quadro 5	Atributos para a escolha de uma instituição financeira.....	54
Quadro 6	Nível de educação financeira, conhecimentos sobre bancos e cooperativas dos participantes da pesquisa.....	56
Quadro 7	Resumo das proposições e suas relações com a educação financeira.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Lucro líquido dos cinco maiores bancos brasileiros em 2019.....	27
Tabela 2	Comparação entre a média das taxas de juros praticadas mensalmente em instituições financeiras.....	36
Tabela 3	Escore do nível de educação financeira dos participantes da pesquisa..	45
Tabela 4	Nível de educação financeira, por gênero.....	47
Tabela 5	Nível de educação financeira, por escolaridade.....	48
Tabela 6	Nível de educação financeira, por ocupação.....	49
Tabela 7	Nível de educação financeira, por faixa de renda dos participantes.....	50
Tabela 8	Escore do nível de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre os bancos, por gênero.....	52
Tabela 9	Escore do nível de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre cooperativas de crédito, por gênero.....	54
Tabela 10	Classificação dos atributos para a escolha de uma instituição financeira.....	55

LISTA DE SIGLAS

ACB	Anuário do Cooperativismo Brasileiro
ACCU	<i>Asian Confederation of Credit Unions</i>
BACEN	Banco Central
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
CMCC	Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CONFEBRAS	Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
FGCoop	Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
MEI	Microempreendedor Individual
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCF	Portal do Cooperativismo Financeiro
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SENACON	Secretaria Nacional do Consumidor
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPREV	Secretaria de Previdência
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Objetivo geral	15
1.1.1	<i>Objetivos específicos</i>	15
1.2	Justificativa	16
1.3	Estrutura do trabalho	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	Educação financeira	18
2.1.1	<i>Definição de Educação Financeira</i>	19
2.1.2	<i>Origem da educação financeira no Brasil</i>	20
2.2	Educação financeira e fatores sociodemográficos	22
2.3	Caracterização dos bancos comerciais	25
2.4	Princípios do cooperativismo	28
2.5	Cooperativas de crédito	30
2.5.1	<i>Classificação e legislação das cooperativas de crédito</i>	32
2.6	Bancos versus cooperativas de crédito	34
3	METODOLOGIA	37
3.1	Universo da pesquisa e delimitação da amostra	37
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1	Perfil sociodemográficos dos participantes da pesquisa	40
4.1.1	<i>Gênero dos participantes</i>	40
4.1.2	<i>Escolaridade dos participantes</i>	41
4.1.3	<i>Ocupação dos participantes</i>	42
4.1.4	<i>Nível de renda dos participantes</i>	43
4.2	Nível de educação financeira dos participantes da pesquisa	45
4.3	Relação entre o nível de educação financeira e os fatores sociodemográficos 46	
4.3.1	<i>Relação entre gênero e nível de educação financeira</i>	47
4.3.2	<i>Nível de educação financeira, por escolaridade dos participantes da pesquisa</i> ...	48
4.3.3	<i>Nível de educação financeira, por ocupação dos participantes da pesquisa</i>	49

4.3.4	<i>Nível de educação financeira, por faixa de renda dos participantes da pesquisa..</i>	50
4.4	Nível de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre os bancos.....	51
4.5	Nível de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre cooperativas de crédito.....	52
4.6	Atributos para a escolha da instituição financeira.....	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
	REFERÊNCIAS.....	59
	APÊNDICE.....	67

1 INTRODUÇÃO

O endividamento e a inadimplência do consumidor brasileiro são altos e atingem a maioria das famílias. Segundo Forte (2020), em um estudo realizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), de 2010 a 2020 houve um aumento de 10,3% no índice de endividamento das famílias brasileiras, passando de 57,5% para 67,4%, respectivamente. A autora também chama a atenção para outra pesquisa realizada pelo Serasa *Experian*, que aponta que em 2020 o número de inadimplentes no Brasil chegou a 63,8 milhões de pessoas.

Dados mais atuais colhidos por pesquisas desenvolvidas pela Fecomércio em 2021, mostram que os índices de endividamento no Brasil são altos e significativos, representando cerca de 74% da população. Este índice pode estar fortemente relacionado a uma educação financeira deficiente, uma vez que a população com poucas informações financeiras e baixa renda representa a grande parte dos indivíduos endividados (SANTOS *et al.*, 2020).

Estes dados, por si só, demonstram o descontrole da vida financeira das famílias brasileiras e a urgência de oferecer à sociedade orientações no sentido de aprenderem a planejar o uso de seus recursos financeiros de forma mais eficiente, a fim de alcançar melhores condições financeiras no futuro.

A educação financeira é um instrumento que se presta a este objetivo, e cada vez mais tem se demonstrado de grande importância no cenário mundial do século 21, tanto no aspecto pessoal (HUNG; PARKER; YOONG, 2009) quanto no aspecto social e econômico (FORTE, 2020; GALE; LEVINE, 2010), pois embora esteja mais diretamente relacionada à capacidade de o indivíduo compreender a situação financeira atual, gerir adequadamente sua renda, bem como conhecer os benefícios e riscos associados às suas escolhas de financiamentos e investimentos (CALCAGNO; ALPEROVYCH, 2019), à medida que o indivíduo gerencia bem sua vida financeira, gera efeitos positivos, também, para a economia como um todo (LUSARDI; MITCHEL, 2014; OCDE, 2016).

Não é à toa que governos do mundo inteiro têm se preocupado com o baixo nível de educação financeira da população de seus respectivos países (LUSARDI; MITCHEL, 2011a). No Brasil, este movimento surgiu há pouco mais de 10 anos e foi liderado pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) (FORTE, 2020), cujos detalhes serão apresentados mais à frente, no referencial teórico.

Com o avanço e a complexidade dos sistemas financeiros e o crescente endividamento da população, o acesso às informações de cunho financeiro garante maior proteção ao indivíduo, uma vez que pode auxiliá-lo em situações desfavoráveis e evitar que se torne vítima

de fraudes, assim como, orientá-lo sobre a maneira correta de investir e poupar seu dinheiro (OCDE, 2005). Tendo isso em vista, o cidadão sem educação financeira está mais propenso a cometer erros que podem causar-lhe comprometimentos e dívidas.

Assim, é fundamental que os cidadãos busquem aperfeiçoar seu conhecimento acerca deste tema, de tal forma que, com informações e orientações adequadas, façam escolhas bem informadas. As instituições financeiras (bancos e cooperativas de crédito, especialmente) desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico dos países, pois são elas que intermediam as transações financeiras entre os agentes superavitários (os credores) e os agentes deficitários (os tomadores de empréstimos), aplicando juros e cobrando taxas pelos serviços devidamente prestados (REIS, 2021).

Nesse sentido, é importante que os cidadãos procurem conhecer como funciona esta intermediação entre instituições financeiras/cidadãos, uma vez que é por meio delas que as pessoas se inserem no mercado financeiro e de crédito. Ou seja, é importante se inteirar sobre as práticas financeiras existentes em tais instituições para que o indivíduo possa tomar decisões acertadas acerca de suas finanças pessoais sem arcar com dívidas desnecessárias (SANTOS *et al.*, 2020).

Desta forma, este trabalho se propõe a responder ao seguinte questionamento: “Qual o nível de educação financeira e conhecimento acerca de bancos e cooperativas de crédito dos moradores do município de Itabaiana/SE?”

1.1 Objetivo geral

Mensurar o nível de educação financeira e conhecimentos acerca de bancos e cooperativas de crédito dos moradores do município de Itabaiana/SE.

1.1.1 Objetivos específicos

- Descrever o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa
- Mensurar o nível de educação financeira dos participantes da pesquisa;
- Analisar a relação entre o nível de educação financeira e os fatores sociodemográficos;
- Mensurar o nível de conhecimento dos cidadãos de Itabaiana acerca dos bancos e cooperativas de crédito;

- Identificar os atributos para a escolha de uma instituição financeira pelos moradores da cidade de Itabaiana.

1.2 Justificativa

A educação financeira permite que cidadãos tomem decisões financeiras melhores e administrem seus recursos de forma mais adequada. Entretanto, com a crescente oferta pelo mercado de produtos financeiros diversificados, o indivíduo pode não tomar a decisão acertada, por falta de conhecimentos específicos acerca dos mecanismos de funcionamento das instituições financeiras.

Um conhecimento mais direcionado acerca do funcionamento das instituições financeiras pode auxiliar o cidadão a escolher ser cliente de um banco comercial ou associar-se a uma cooperativa de crédito, por exemplo. Nesse sentido, o trabalho, ao propor analisar a educação financeira e o conhecimento acerca de bancos e cooperativas de crédito dos moradores da cidade de Itabaiana/SE, pretende contribuir com a discussão não tão somente da educação financeira em si, mas como a ampliação desse conhecimento, envolvendo o conhecimento das instituições financeiras (bancos comerciais e cooperativas de crédito, especificamente), pode melhorar a tomada de decisão dos demandantes de serviços do mercado financeiro e, conseqüentemente, melhorar o seu bem-estar.

Esta discussão amplia a instrumentalização do conceito de educação financeira para um patamar além do conhecimento técnico do indivíduo saber calcular uma taxa de juro ou planejar os seus gastos pessoais. Além disso, diferentemente da maioria dos estudos sobre educação financeira que se concentra em alunos do ensino médio e universitários (FORTE, 2020; SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007), este trabalho escolheu como público-alvo pessoas que já tenham experiência com instituições financeiras, configurando-se como um diferencial em relação a outros estudos com esta temática.

A escolha pela cidade de Itabaiana/SE se justifica por dois motivos: um de cunho particular: o autor trabalha em uma instituição financeira localizada na cidade; e o outro, pela importância da cidade no Estado de Sergipe. Itabaiana tem uma área territorial de 337.295 Km² e, segundo o último censo oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), tem uma população de 96.967 pessoas, com uma densidade demográfica de 258,3 hab/km², classificando-se entre os municípios mais populosos do Estado, perdendo apenas para Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Lagarto. É um dos principais centros comerciais do

Estado de Sergipe, com estabelecimentos tanto atacadistas quanto varejistas que não apenas abastecem a população local, mas também os municípios vizinhos (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA, 2023).

1.3 Estrutura do trabalho

O presente estudo está estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro deles a Introdução, onde são abordados o tema de pesquisa, sua problemática, a justificativa da pesquisa, seus objetivos e a estrutura do trabalho. O segundo capítulo destina-se ao referencial teórico em que foram desenvolvidos os temas-chave que envolvem a presente pesquisa: a definição de educação financeira e sua relação com os fatores sociodemográficos, discussão sobre os bancos e cooperativas de crédito. Na sequência, o terceiro capítulo apresenta a metodologia, detalhando como a pesquisa foi realizada. No quarto capítulo foram feitas a análise e a discussão dos resultados encontrados, e por fim, no capítulo cinco, foram colocadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

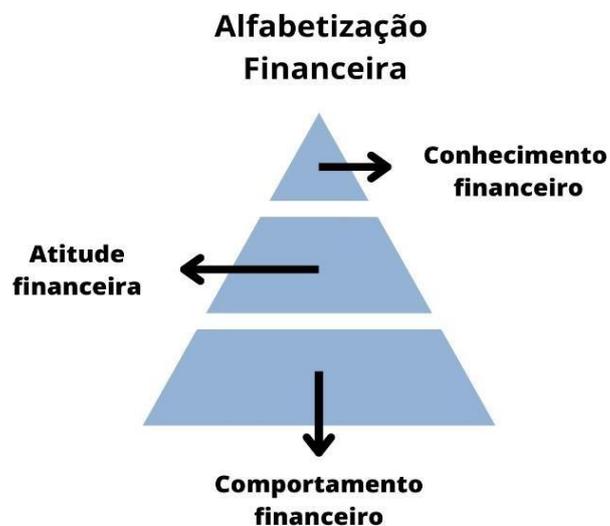
O desenvolvimento do referencial teórico do presente trabalho aborda dois campos específicos de conhecimento: a educação financeira e o funcionamento de duas instituições financeiras: os bancos comerciais e as cooperativas de crédito. A primeira parte é destinada à compreensão dos termos que envolvem a educação financeira, enquanto a segunda aborda as características dos bancos e das cooperativas de crédito, destacando os detalhes que os aproximam e os diferenciam entre si.

2.1 Educação financeira

Grande parte dos pesquisadores utiliza os termos Alfabetização Financeira (*Financial Literacy*) e Educação Financeira (*Financial Education*) como sinônimos (HUSTON, 2010; GOYAL; KUMAR, 2020; REMUND, 2010; SOARES; MARCHITO, 2019), entretanto, essas expressões não significam a mesma coisa.

Segundo Huston (2010), a Alfabetização Financeira (Figura 1) é diferente da Educação Financeira. Para este autor, “a alfabetização financeira possui uma dimensão de aplicação adicional que implica que um indivíduo deve ter a capacidade e confiança para **usar** seu conhecimento financeiro para tomar decisões financeiras” (HUSTON, 2010, p. 307, grifo nosso).

Figura 1 – Representação da tríade da alfabetização financeira



Fonte: Elaboração própria, com base em Huston (2010)

Nessa mesma linha de raciocínio, Remund (2010) vai dizer que:

A alfabetização financeira é uma medida do grau em que se compreende os principais conceitos financeiros e possui a capacidade e a confiança para gerenciar finanças pessoais por meio de tomada de decisão apropriada e de curto prazo, além de um planejamento financeiro sólido e de longo alcance, considerando os eventos da vida e as mudanças econômicas (REMUND, 2010, p. 284, tradução livre).

Portanto, a Alfabetização Financeira (conhecimento, atitude e comportamento) é uma definição mais ampla do que a Educação Financeira. Esta refere-se apenas ao conhecimento financeiro, enquanto aquela amplia o conceito para a capacidade do indivíduo usar os conhecimentos e as habilidades adquiridas para gerir eficientemente seus recursos financeiros.

Como o objetivo principal deste estudo é mensurar o nível de educação financeira e conhecimentos acerca de bancos e cooperativas de crédito dos moradores do município de Itabaiana/SE, o foco principal de nossa análise está centrada tão somente na Educação Financeira (conhecimento financeiro). Entretanto, o “tão somente” não representa menor importância, uma vez que o conhecimento, conforme representado na Figura 1, está no topo da pirâmide, o que indica que sua importância é fundamental na tríade, porque sem a educação financeira, a atitude e o comportamento podem não ser os mais adequados em termos de uso dos recursos financeiros.

2.1.1 Definição de Educação Financeira

A educação financeira ganhou destaque no cenário mundial a partir do movimento iniciado em 2003, encabeçado pela OCDE (NASCIMENTO, 2020; SILVA; TEIXEIRA; BEIRUTH, 2016), cuja função era agregar países membros e não membros em torno da ideia de promover a educação e conscientização financeira de suas respectivas populações.

Segundo a OCDE (2005), a educação financeira pode ser definida como

o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informações, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 5).

Teixeira *et al.* (2010, p. 26) definem a educação financeira como “a arte de aplicar os princípios e conceitos de finanças em auxílio à tomada de decisões financeiras pessoais”. Faveri, Kroetz e Valentim (2012, p. 3) ampliam o conceito afirmando que a educação financeira

“tem como principal objetivo informar as pessoas sobre os conceitos e produtos financeiros de forma que possam gerir suas receitas de forma consciente, diminuindo riscos e aproveitando oportunidades de poupança e investimentos que possam surgir”.

Silva, Teixeira e Beiruth (2016), são mais sucintos e definem a educação financeira como o conhecimento acerca das ferramentas que compõem a gestão financeira básica, como a poupança, investimento, orçamento e seguro. Costa (2018, p. 26, grifo nosso) também é bem sucinto em sua definição ao dizer que o objetivo da educação financeira está relacionado à “possibilidade de **formar** pessoas com consciência sobre o uso e atribuições do dinheiro e seus gastos”.

Com efeito, segundo Delavande, Rohwedder e Willis (2008), adquirir conhecimento financeiro é importante porque ele é um tipo particular de capital humano que se adquire ao longo do ciclo de vida, por meio da aprendizagem de assuntos que afetam a capacidade para gerir receitas, despesas e poupança de forma eficaz. Portanto, quanto mais informações acerca do assunto, melhor será a tomada de decisão financeira. Ademais, ao adquirir conhecimento financeiro, o indivíduo torna-se mais participativo no mercado financeiro, tornando-o mais competitivo e eficiente, se configurando, assim, numa relação que beneficia ambas as partes, tanto o indivíduo, quando o próprio mercado financeiro (BRAUNSTEIN; WELCH, 2002).

2.1.2. Origem da educação financeira no Brasil

No Brasil, a discussão acerca da educação financeira surgiu há pouco mais de uma década, quando foi lançado o Decreto Federal nº 7.397/2010, marco regulatório que instituiu a ENEF (BRASIL, 2010). A ENEF tornou-se o órgão responsável pelo fomento de ações de educação financeira no país, com o objetivo de “ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos, e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.” (TOLEDO, 2020, p. 24).

Segundo o Plano Diretor da ENEF (2010), tendo por base a definição da OCDE (2005), a educação financeira pode ser definida como

o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informado, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação

de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BRASIL, 2010, p. 20).

Para a operacionalização das ações da ENEF foi criado o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), que após um ano de trabalho, lançou em 2011 o Plano Diretor da Estratégia. Neste, vinham explicitados os programas e ações a serem executados para o desenvolvimento da educação financeira no Brasil, bem como as entidades da sociedade civil escolhidas como parceiras na formação do Comitê (TOLEDO, 2020).

Um dos eventos de educação financeira mais populares desenvolvidos à época pela ENEF/CONEF foi a Semana Nacional de Educação Financeira, realizada anualmente no mês de maio, desde 2014 (Gráfico 1). O evento reuniu diversas ações relacionadas ao consumo consciente, previdência, seguros e oficinas sobre planejamento financeiro, envolvendo tanto atividades presenciais quanto on-line, no intuito de popularizar a educação financeira no país (FORTE, 2020).

Gráfico 1 – Evolução do número de iniciativas da semana ENEF, por ano



Fonte: FORTE (2020).

Conforme se pode verificar pelo Gráfico 1, o evento vinha crescendo ano a ano, demonstrando o seu sucesso. Mas, mesmo em detrimento do sucesso do evento organizado pelo CONEF, este Comitê atuou até 2019, quando foi extinto pelo Decreto nº 9.759. Entretanto, no ano seguinte, a partir da publicação do Decreto nº 10.393/2020, a ENEF foi reestruturada e foi instituído o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), composto pelo Banco Central

do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Previdência (SPREV) e pelo Ministério da Educação (MEC) (TOLEDO, 2020), dando continuidade às atividades educativas, inclusive com o retorno da Semana de Educação Financeira.

2.2 Educação financeira e fatores sociodemográficos

Na academia ainda não se tem um consenso quanto aos fatores que influenciam a educação financeira do indivíduo (XAVIER *et al.*, 2021). Entretanto, diversas pesquisas constataam que os fatores sociodemográficos exercem influência sobre a educação/alfabetização financeira dos indivíduos (BEN DOUISSA, 2020; ERCEG; GALIC; VEHOVEC, 2019; LUSARDI; MITCHELL, 2008, 2011a; POTRICH *et al.*, 2014; POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013; SALES, 2018; SILVA, 2019; SILVA; FORTE; OLIVEIRA, 2022; XAVIER *et al.*, 2021, entre outros).

E embora este trabalho se dedique especificamente à educação financeira, para fundamentar a relação entre educação financeira e variáveis sociodemográficas serão utilizados trabalhos de autores que utilizam tanto a expressão educação financeira quanto alfabetização financeira, uma vez que – conforme ressaltado anteriormente – vários autores utilizam estas expressões como sinônimas. Entretanto, mesmo prezando pelo rigor conceitual e instrumental desta pesquisa, ao utilizar as expressões dos autores de forma indistinta, entende-se que não haverá prejuízo conceitual nem instrumental para este trabalho, por se tratar, neste item específico, de fatores sociodemográficos que representam as características biológicas (gênero) ou adquiridas dos indivíduos (escolaridade, renda etc.), que independem de se estar tratando de educação ou alfabetização financeira.

Em relação à renda, estudo do Serasa *Experian* (2019) indicou que não há uma relação direta entre o nível de renda e o comportamento do indivíduo. Ou seja, as pessoas cuja faixa de renda ultrapassava os cinco salários mínimos se comportavam de forma bem próxima em relação às suas finanças pessoais daquelas que recebiam abaixo desta faixa de renda.

Quanto à ocupação, nos dias atuais é difícil fazer uma avaliação mais detalhada deste fator. Chen e Volpe (1998) fazem a relação entre tempo de serviço e maior nível de educação financeira, mas este fato não é mais tão importante devido a maior mobilidade (rotatividade) dos indivíduos no mercado de trabalho. Segundo Calamato (2010), o regime de trabalho ao qual

o indivíduo está submetido pode influenciar o nível de educação financeira, uma vez que indivíduos com renda previsível, dada a estabilidade no trabalho, possuem melhores condições de planejar sua vida financeira. Potrich, Vieira e Kirch (2014) e Lopes e Andrade (2019), também fazem esta relação. Assim, tendo por base estes autores, esta pesquisa trabalhará com a proposição de que funcionários de empresas públicas possuem maior nível de educação financeira.

Em 2015 Potrich, Vieira e Kirch, seguindo a mesma linha de Potrich, Vieira e Ceretta (2013), realizaram o estudo com um modelo mais amplo e com uma amostra também mais ampla (1.400 respondentes do Rio Grande do Sul), relacionando a alfabetização financeira e as variáveis socioeconômica e demográficas de gênero, estado civil, número de dependentes, ocupação, idade, escolaridade, escolaridade do pai, escolaridade da mãe, renda própria e renda familiar. A pesquisa concluiu que a maioria (67,1%) dos pesquisados tinha baixo nível de alfabetização financeira, mas que o homem é mais alfabetizado que a mulher, como também o homem com maior nível de escolaridade e fonte de renda própria apresenta maior nível de alfabetização financeira.

Por sua vez, Vieira *et al.* (2016), em uma pesquisa com estudantes de graduação de universidades públicas e privadas do Rio Grande do Sul, chegaram à conclusão de que os homens se mostraram mais conscientes em relação à poupança e no uso do cartão de crédito, de que as mulheres. Por outro lado, Nascimento *et al.* (2017), chegam à conclusão em sua pesquisa que a mulher possui um alto nível de educação financeira, planejando e controlando as suas próprias finanças.

Em uma pesquisa mais recente, Xavier *et al.* (2021), analisando os fatores demográficos e socioeconômicos na educação financeira de estudantes do ensino médio no interior de Mato Grosso do Sul e São Paulo, constataram que o gênero e a renda não exerciam influência sobre a educação financeira dos pesquisados.

Em relação à escolaridade, embora vários estudos confirmem a relação positiva entre escolaridade e educação financeira (BEN DOUISSA, 2020; DELAVANDE; ROHWEDDER; WILLIS, 2008; ERCEG; GALIC; VEHOVEC, 2019; LUSARDI; MITCHELL, 2011a; POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2014; SILVA; FORTE; OLIVEIRA, 2022) também não há unanimidade entre os resultados das pesquisas. Por exemplo, Scheresberg (2013), não encontrou relação direta, mas sim inversa, entre educação financeira e grau de instrução, ou seja, em sua pesquisa, quanto maior o nível educacional, menores eram os níveis de educação financeira.

Enfim, após ter sido feito um breve apanhado de textos sobre educação financeira e fatores sociodemográficos, se chega à conclusão de que ainda não há uma concordância entre os resultados das pesquisas em relação a todas estas variáveis citadas. Lopes e Andrade (2019, p. 5) elencam algumas variáveis sociodemográficas e suas relações com a educação/alfabetização financeira, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Relação entre as variáveis socioeconômicas e educação/alfabetização financeira

Variáveis	Relação com a educação e alfabetização financeira	Autores
Renda	Quanto maior a renda, maior o nível de educação e/ou alfabetização financeira.	Atkinson e Messy (2012); Brown e Graf (2013); Chen e Volpe (1998); Delavande, Rohwedder e Willis (2008); Lusardi (2015); Michels (2015); Mottola (2012); Potrich, Vieira e Paraboni (2013); Potrich, Vieira e Kirch (2014);
	Quanto maior a renda, maior o nível de educação e/ou alfabetização financeira	Dias (2013); Monticone (2010);
Idade	Adultos com menos de 30 anos tendem a ser menos educados financeiramente;	Brown e Graf (2013); Chen e Volpe (1998);
	Adultos de meia idade possuem os maiores níveis de alfabetização financeira;	Atkinson e Messy (2012); Delavande, Rohwedder e Willis (2008);
	Nível de alfabetização financeira tende a cair a partir dos 60 anos;	Finke, Howe e Huston (2011).
Gênero	As mulheres geralmente apresentam menores níveis de educação/alfabetização do que os homens;	Agarwala <i>et al.</i> (2012); Atkinson e Messy (2012); Chen e Volpe (1998); Brown e Graf (2013); Delavande Rohwedder e Willis (2008); Lopes Júnior, Peleias e Savoia (2015); Michels (2015); Potrich, Vieira e Paraboni (2013); Potrich <i>et al.</i> (2014); Potrich, Vieira e Kirch (2014); Scheresberg (2013);
	As disparidades de gênero são minimizadas quando se trata de homens e mulheres com alto nível de alfabetização financeira;	Mottle (2012);
	Nas dimensões do comportamento e atitudes financeiras as mulheres mostram desempenho superior	Agarwala <i>et al.</i> (2012).
	Homens são mais autoconfiantes em questões financeiras e possuem maior predisposição ao risco	Amado (2011); Lucena e Marinho (2013);
Estado civil	Solteiros possuem os maiores níveis de educação financeira;	Potrich <i>et al.</i> (2014)
	Casados possuem os maiores níveis de alfabetização financeira	Agarwala <i>et al.</i> (2012); Brown e Graf (2013);
Escolaridade	Maior escolaridade está associada aos maiores níveis de conhecimentos financeiros	Agarwala <i>et al.</i> (2012); Atkinson e Messy (2012); Brown e Graf (2013); Chen e Volpe (1998); Delavande, Rohwedder e Willis

		(2008); Potrich <i>et al.</i> (2014); Potrich, Vieira e Kirch (2014);
	Nível de formação influencia de maneira sutil a educação financeira;	Dias (2013); Scheresberg (2013);
Ocupação	Funcionários públicos possuem maior propensão a possuir alto grau de alfabetização financeira	Potrich, Vieira e Kirch (2014);
Dependentes	Indivíduos com os maiores níveis de educação financeira não possuem dependentes	Potrich <i>et al.</i> (2014); Potrich Vieira e Kirch (2014)

Fonte: Lopes e Andrade (2019, p. 5).

Para o atual estudo, se tomará por base o Quadro 1, de Lopes e Andrade (2019, p. 5), porém, com algumas adaptações conforme se pode verificar no Quadro 2 abaixo. Ou seja, para o atual estudo não serão utilizadas as variáveis idade, estado civil e dependentes.

Quadro 2 – Relação entre as variáveis sociodemográficas e educação financeira

DETERMINANTES SOCIODEMOGRÁFICOS	RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO FINANCEIRA
Gênero	As mulheres geralmente apresentam menores níveis de educação financeira do que os homens
Escolaridade	Maior escolaridade está associada a maiores níveis de educação financeira
Ocupação	Funcionários de empresas públicas possuem maior nível de educação financeira
Renda	Pessoas com maior nível de renda possuem maior nível de educação financeira

Fonte: Adaptado de Lopes e Andrade (2019).

2.3 Caracterização dos bancos comerciais

As instituições financeiras são organizações que atuam como intermediárias entre o mercado financeiro e o cliente (REIS, 2021), e dentre estas instituições, estão os bancos. Para Schardong (2002), os bancos têm suas atividades centradas em fornecer recursos tempestivos e suficientes, a fim de atender demandas de curto e médio prazos para o comércio, indústria, prestadores de serviços e pessoas físicas.

As atividades dos bancos estão regulamentadas pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre as políticas e instituições responsáveis por atividades monetárias, bancárias e creditícias. O Banco Central do Brasil (BCB) é responsável por supervisionar as atividades dos bancos, garantindo que as regras e regulamentações propostas pela lei sejam seguidas. De maneira geral, os bancos e demais instituições financeiras devem submeter-se às regulamentações do Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece as regras aplicáveis aos órgãos do Sistema

Financeiro Nacional (SFN), que por sua vez, corresponde ao conjunto de organizações e entidades que promovem intermediação financeira (MARION, 2021; BCB, 2020).

Segundo Ortiz (2022), existem vários tipos de bancos, e cada um fornece um ou mais tipos de serviço, possuindo seus próprios processos burocráticos, conforme segue abaixo:

- a) **Bancos de investimento:** são instituições especializadas em operações de participação societária temporária. Administra recursos de terceiros. O investimento direciona os valores para empréstimos e financiamento de empresas;
- b) **Bancos de câmbio:** especializado na compra e venda de moedas estrangeiras;
- c) **Banco múltiplo:** atua como banco comercial e acumula funções de outros bancos, como investimento ou câmbio;
- d) **Banco de desenvolvimento:** tem por objetivo realizar investimentos em todos os segmentos da economia, e fornecer financiamento de longo prazo;
- e) **Fintechs:** compreende os bancos digitais e empresas destinadas a facilitar os processos financeiros, tornando-os menos burocráticos e acessíveis;
- f) **Caixa Econômica:** fornece serviços de bancos comerciais com prioridade institucional, fornecendo empréstimos e financiamentos de programas sociais.

Atualmente, a diversidade presente entre as instituições financeiras tende a aumentar, principalmente por conta do avanço tecnológico que permitiu ao cliente buscar a empresa que melhor satisfaça suas necessidades, ampliando também a concorrência de mercado entre estas (ORTIZ, 2022). Entretanto, os bancos comerciais são o tipo de instituição financeira mais conhecida. Além de intermediar operações financeiras abastecidas da poupança de investidores, os bancos comerciais também podem realizar empréstimos através de crédito seletivo destinado de forma específica.

Segundo Costa (2004), o primeiro banco comercial brasileiro foi fundado em 1808 e foi denominado de Banco do Brasil (BB). O BB tem como principal atividade a arrecadação, intermediação e/ou utilização de recursos próprios ou de terceiros, utilizando tanto a moeda nacional, quanto a estrangeira (ABRÃO, 2009).

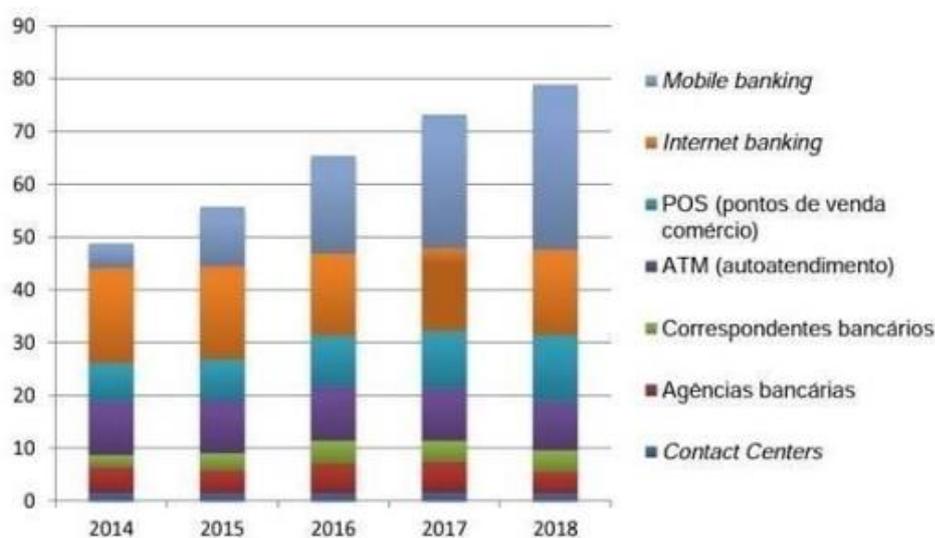
Segundo o Banco Central (BACEN, 2022), existem atualmente 157 bancos atuantes em território nacional. A Tabela 1 apresenta o desempenho dos cinco maiores bancos tradicionais do Brasil no segundo trimestre de 2019.

Tabela 1 – Lucro líquido dos cinco maiores bancos brasileiros em 2019 (em bilhões)

	 Itaú	 Bradesco	 BB	 CEF	 Santander
Lucro líquido	6,8	6,0	4,2	4,2	3,4
Receita de Serviços	9,8	6,7	7,4	6,6	4,6
Ativo total	1.678,4	1.345,9	1.541,4	1.312,8	836,3

Fonte: Poder 360 (2019).

Por fim, considerando-se as crescentes demandas por serviços financeiros em vista à expansão do mercado, surgiram os bancos digitais, a fim de suprir as necessidades por tecnologia, praticidade e desburocratização destes serviços. Os bancos digitais ofertam suas atividades de forma virtual, podendo ser acessados através de aparelhos eletrônicos, sem necessidade de comparecer a uma agência física para utilizá-los. Diversos bancos tradicionais e físicos possuem também suas versões digitais, buscando atualizar-se e se desenvolver neste cenário em crescimento (ANDRADE, 2019). Pela Figura 2, é possível perceber o uso de canais digitais para transações financeiras, demonstrando o aumento da confiança popular nestas plataformas e mudanças progressivas do comportamento dos bancos.

Figura 2 – Crescimento das transações bancárias em canais digitais

Fonte: Andrade (2019).

Os bancos digitais foram criados em 2013 como alternativa para o mercado tradicional. Dentre suas principais vantagens está a comodidade ao usuário, permitindo que realize

processos de forma remota. Os bancos digitais estimulam a concorrência entre empresas financeiras, pois exploram principalmente o nicho de clientes insatisfeitos com os custos e burocracia presentes nos bancos tradicionais (MARQUES, 2019).

2.4 Princípios do cooperativismo

De forma geral, as cooperativas são compostas por pessoas voluntárias que se unem com um objetivo comum, seja de ordem econômica, social ou cultural, para constituírem uma empresa, sem fins lucrativos e gerenciadas de forma democrática (ACI, 2023).

Em termos geográficos e temporais, o cooperativismo foi fundado em continente europeu no século XIX, mais especificamente na Inglaterra, no ano de 1844, quando um grupo formado por 28 pessoas fundou uma sociedade constituída principalmente por tecelões, que passou a ser conhecida como a Sociedade dos Probos de *Rochdale*, e que veio a se tornar um dos maiores centros têxteis da Inglaterra (CARDOSO, 2014). E em tempos atuais funciona como uma ferramenta de organização econômica existente em diversos países, sendo sua principal característica a relação de parceria entre indivíduos com interesses semelhantes, que aplicam de forma acordada uma determinada quantia de dinheiro em atividades diversas (MARION, 2021).

Segundo Reisdorfer (2014), assim como na Europa, o movimento para formação de cooperativas no Brasil surgiu também no século XIX, só que na última década do século (1891), com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, São Paulo.

Mas foi somente após a edição do Decreto Federal nº 22.239 de 1932 que as cooperativas passaram a ser seguradas constitucionalmente, uma vez que o decreto foi essencial para organizar e consagrar as doutrinas do sistema cooperativista no Brasil. A partir deste decreto, novas leis foram editadas no sentido de regulamentar o cooperativismo, sendo lançada em 1971 a Lei nº 5.764 que formaliza a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), impulsionando o sistema cooperativista brasileiro, porque estabelecia uma política nacional de cooperativismo (REISDORFER, 2014).

O cenário atual do cooperativismo no Brasil se ampliou consideravelmente ao longo dos últimos anos. Segundo o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (ACB, 2022), o Brasil conta com 4.880 cooperativas, 18,8 milhões de cooperados, gera 493.277 empregos, detêm um ativo total de R\$ 784,3 bilhões e em 2021 contribuíram com mais de R\$ 17 bilhões em tributos aos

cofres públicos (estes números são referentes às cooperativas registradas na OCB até a data de 31/12/2021, conforme observação do próprio site).

O Portal do Cooperativismo Financeiro (PCF, 2016) explicita os sete princípios que alicerçam os ideais do cooperativismo, sendo o primeiro deles a **associação voluntária e livre**, permitindo que qualquer pessoa interessada possa assumir as responsabilidades da atividade e acessar seus serviços, sem discriminações social, política, racial, religiosa ou de gênero, sendo que esta máxima aplica-se tanto à relação associado/cooperativa quanto às relações intercooperativas.

A **gestão democrática** é o segundo princípio do cooperativismo, pois essas organizações são controladas por seus membros e associados, sendo crucial a participação destes nas tomadas de decisões, determinação de metas e políticas a serem adotadas pelas cooperativas (PCF, 2016). Nas cooperativas de crédito todos os membros têm direito de eleger seus representantes por meio de votação.

A **participação econômica** representa o terceiro princípio do cooperativismo, e este diz respeito à administração do capital da organização de forma justa e democrática; isso ocorre através da aplicação financeira de todos os associados e retorno de benefícios ao apoiar o desenvolvimento da cooperativa.

O quarto e quinto princípios do PCF (2016) abordam os princípios da **autonomia e independência**. Aqui afirma-se que a cooperativa é uma organização controlada de forma autônoma por seus associados, cujos membros têm controle democrático de suas atividades e devem tomar decisões que assegurem seu controle responsável e democrático.

Por fim, o PCF (2016) aborda os dois últimos princípios do cooperativismo: a **intercooperação**, que diz respeito à relação entre cooperativas e associados, atuando conjuntamente para fortalecer suas atividades de maneira eficaz; e o **interesse pela comunidade**. Este último princípio é fundamental para garantia do desenvolvimento sustentável no local onde a cooperativa está inserida, uma vez que essa realiza políticas que buscam favorecer sua comunidade e agregá-la à cooperativa, sendo esta uma relação de benefício mútuo.

As cooperativas atuam em diversas áreas da economia: agropecuária, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho, produção de bens e serviços e transporte (ACB, 2022). Dentre estas diversas atividades desenvolvidas pelas cooperativas, este trabalho se concentra especificamente nas cooperativas de crédito.

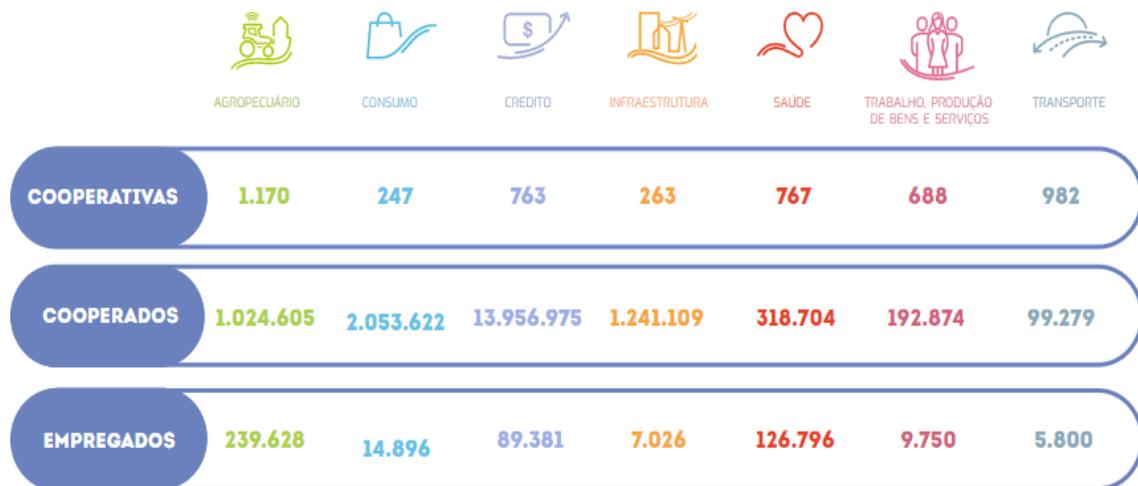
2.5 Cooperativas de crédito

Segundo a *Asian Confederation of Credit Unions* (ACCU, 2019), cooperativas de crédito é a união de um grupo de pessoas que, organizadas, juntam suas economias e fazem empréstimos uns aos outros com taxas de juros razoáveis que cubram todos os custos e ainda forneçam uma reserva. O BACEN (2019), acrescenta que esta associação é de forma voluntária com natureza jurídica própria e sem fins lucrativos, cuja finalidade é a de prestar serviços de intermediação bancária e financeira, controlados democraticamente por clientes membros (credores e tomadores de créditos).

Segundo a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (CONFEBRAS, 2019), o registro no mundo da primeira cooperativa de crédito foi na Alemanha, no ano de 1850. Inicialmente, além do crédito, a cooperativa fazia abastecimentos e vendas, para atender as necessidades da classe média alemã localizada na área urbana das cidades. Desde então, o cooperativismo de crédito cresceu mundialmente e, segundo dados do Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito (CMCC, 2017, *apud* VILANOVA, 2020, p. 16), “o cooperativismo de crédito está presente em todos os continentes, em 117 países, com mais de 260 milhões de membros representando uma penetração de 9,09% na população economicamente ativa, com idade entre 15 a 65 anos.”

No Brasil, a partir da Lei nº 5.764/71 as cooperativas de crédito foram formalizadas como instituições com regime jurídico próprio; e com a promulgação da Constituição de 1988 (art. 5º, inciso XVIII), o Estado perdeu o poder de interferir em seu funcionamento, dando início, a partir daí, à efetiva autogestão do cooperativismo (MARION, 2021).

Apesar do maior número de cooperativas do Brasil estar concentrado no setor agropecuário, as cooperativas de crédito destacam-se pelo número de cooperados/associados e absorção de mão-de-obra, conforme se pode verificar pela Figura 3:

Figura 3 – Número de cooperativas, cooperados e empregados, por ramo de atividade

Fonte: Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2022).

Nesse sentido, apesar de ocupar a quarta posição em termos de cooperativas estabelecidas, assume o primeiro lugar em número de associados e o terceiro em número de empregados, configurando-se como uma atividade de cooperativismo importante no Brasil.

De forma geral, é possível afirmar que as cooperativas de crédito têm por objetivo atuar de forma democrática e independente para ofertar serviços financeiros mais acessíveis que os convencionais, protegendo os interesses da comunidade em que está inserida e relacionar-se com ela para lhe garantir crédito, renda, empréstimos ou oportunidades de empregos, favorecendo o consumo local que, posteriormente, garante-lhe retorno financeiro (GREGORINI, 2019).

Pela Figura 4 é possível identificar as principais cooperativas de crédito em atuação no Brasil.

Figura 4 – Principais cooperativas de crédito atuantes no Brasil



Fonte: Acervo de autor, 2022.

Conforme se pode verificar pela Figura 4, a maioria das cooperativas de crédito no Brasil está localizada na região Sul do país, sendo que esta região já tem uma tradição de outros tipos de cooperativas, com forte presença das cooperativas agropecuárias.

2.5.1 Classificação e legislação das cooperativas de crédito

Conforme ressaltado anteriormente, as cooperativas de crédito buscam garantir soluções financeiras de acesso fácil e barato à população onde está inserida, proporcionando melhorias para a comunidade através da adaptação às suas necessidades e condições financeiras (SCHIMMELFENIG, 2010; FERREIRA, GONÇALVES; BRAGA, 2007. São reguladas por legislações específicas, e também podem ser classificadas de acordo com seus níveis de atuação (MAIA *et al.*, 2019).

Segundo Pinheiro (2008), as cooperativas de crédito podem ser classificadas em três níveis, são eles:

- (I) **Cooperativas singulares:** prestam seus serviços de forma direta com seus associados, podendo estes ser pessoas físicas ou jurídicas;
- (II) **Cooperativas centrais:** são constituídas por cooperativas singulares que objetivam organizar seus serviços e das redes filiadas; e

- (III) **Confederações cooperativas:** compostas por cooperativas centrais, que nesse caso objetivam coordenar as atividades das redes filiadas e realizar empreendimentos que superam a capacidade das cooperativas anteriormente citadas.

Contudo, atualmente a Resolução nº 4.434 de 2015 determina três novas classificações para as cooperativas: cooperativas plenas, clássicas e capital de empréstimo. A classificação atual corresponde às operações que cada uma das cooperativas pode realizar. O Quadro 3 relaciona o tipo de cooperativa e os serviços que estão autorizadas a ofertar.

Quadro 3 – Classificação das cooperativas de crédito e seus tipos de serviço

Classificação da Cooperativa	Serviços ofertados
Cooperativa plena	Todos os tipos de serviço sem restrições
Cooperativa clássica	Todos os tipos de serviços regulamentados, exceto: <ul style="list-style-type: none"> . atividades relacionadas a exposição vendida ou comprada em ouro, moeda estrangeira ou sujeitas a variações cambiais; . aplicação em títulos de securitização; . operações de venda compromissadas; . aplicações em fundos de investimento que seja classificado como Renda Fixa, DI (Depósito Interbancário) e Fundos de Curto Prazo.
Cooperativa capital de empréstimo	Possuem as mesmas restrições que as cooperativas clássicas, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> . não realizam a captação exclusiva de associados de recursos; . não realiza depósitos sem emissão de certificado.

Fonte: Maia *et al.* (2019)

Além de sua classificação, as cooperativas de crédito possuem também legislações específicas, ou seja, são diferentes das dos bancos convencionais. Além da Resolução citada anteriormente, há o Artigo 192 da Constituição Federal e a Lei Complementar 130/09 que inseriram as cooperativas no SFN, submetendo-as ao controle do BCB, encarregado de fiscalizar seu processo constitutivo e garantir seu funcionamento adequado. As principais Resoluções aplicadas às cooperativas de crédito são:

- a) **Resolução nº 2.099/04:** permitiu a expansão das cooperativas através da instalação de unidades de atendimento e outras dependências adequadas aos associados;
- b) **Resolução nº 2.193/95:** garantiu a criação de bancos cooperativos pelas cooperativas;
- c) **Resolução nº 2.608/99:** destacou o papel das cooperativas centrais como organizações sistêmicas, instituidoras e gestoras de fundos;

- d) **Resolução nº 2.788/00**: ampliou o escopo de atuação dos bancos cooperativos, permitindo a participação de acionistas externos.

As leis e Resoluções demonstradas são necessárias para garantir regularização das atividades das cooperativas, permitindo que elas atuem de maneira adequada, seguindo seus próprios princípios, porém, submissas à legislação. Desta forma, possibilita-se que estas organizações atuem com ética e responsabilidade, preservando a segurança de seus membros e associados.

2.6 – Bancos *versus* cooperativas de crédito

Segundo o BACEN (2015), as cooperativas de crédito são associações que prestam os mesmos serviços que os bancos tradicionais, como financiar a produção e investimentos, aceitar depósitos, fornecer empréstimos, cobrar contas, aplicar dinheiro e prover talões de cheque e cartões de crédito. No entanto, o processo desempenhado pelas cooperativas de crédito se diferencia no âmbito da gestão, uma vez que os proprietários da organização são sócios, portanto, o valor investido e revertido em lucro é também dividido entre seus membros.

Por meio do Quadro 4 é possível constatar as principais diferenças entre os bancos e cooperativas de crédito.

Quadro 4 – Diferenças entre bancos comerciais e cooperativas de crédito

BANCOS CONVENCIONAIS	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COOPERATIVAS
São sociedade de capital	São sociedade de pessoas
O poder é exercido na proporção do número de ações	O voto tem peso igual para todos (uma pessoa, um voto)
As deliberações são concentradas	As decisões são partilhadas entre muitos
Os administradores são terceiros (homens do mercado)	Os administradores-líderes são meio (associados)
O usuário das operações é mero cliente	O usuário é o próprio dono (cooperado)
O usuário não exerce qualquer influência na definição dos produtos e na sua precificação	Toda política operacional é decidida pelos próprios usuários/ donos (associados)
Podem tratar distintamente cada usuário	Não podem distinguir: o que vale para um, vale para todos (art.37 da lei nº5.764/71)
Preferem o público de maior renda e as maiores corporações	Não discriminam, servindo a todos os públicos

Priorizam os grandes centros (embora não tenham limitação geográfica)	Não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas
Têm propósitos mercantilistas	A atividade mercantil não é cogitada(art.79, parágrafo único, da lei nº5.764/71)
A remuneração das operações e dos serviços não tem Parâmetro/limite	O preço das operações e dos serviços tem como referência os custos e como parâmetro as necessidades de reinvestimento
Atendem em massa, priorizando, ademais o autosserviço	O relacionamento é personalizado/individual, com o apoio da informática
Não têm vínculo com a comunidade e o público-alvo	Estão comprometidas com as comunidades e os usuários
Avançam pela competição	Desenvolvem-se pela cooperação
Visam lucro por excelência	O lucro está fora do seu objeto, seja pela natureza, seja por determinação legal (art. 3.º da lei nº 5.764/71)
O resultado é de poucos anos (nada é dividido com os clientes)	O excedente (sobras) é distribuído entre todos(usuários) na proporção das operações individuais, reduzindo ainda mais o preço final pago pelos cooperados e aumentando a remuneração de seus investimentos
No plano societário, são regulados pela lei das sociedades anônimas	São reguladas pela lei cooperativista e por legislação própria (especialmente pela lei complementar 130/2009)

Fonte: Meinem e Domingues (2022).

Para Meinem e Domingues (2002), as cooperativas de crédito também possuem como característica fundamental a distribuição de seus lucros e perdas, aspecto esse que também as diferencia dos bancos tradicionais. Nestes, a distribuição é feita de maneira proporcional à participação do capital de cada acionista. Já nas cooperativas, a distribuição ocorre proporcionalmente ao faturamento do associado dentro da organização, tendo seus depósitos protegidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

A Tabela 2 reforça outro aspecto acerca das diferenças entre cooperativas e bancos convencionais, apresentando as taxas de juros aplicadas a diferentes modalidades de crédito nas respectivas instituições.

Tabela 2 – Comparação entre a média das taxas de juros praticadas mensalmente em instituições financeiras

Modalidade de crédito	Bancos	SICOOB	SICREDI
Crédito pessoal	6,67%	2,14%	2,59%
Crédito consignado	1,91%	1,64%	1,77%
Financiamento de Veículo	1,64%	-	1,67%
Cartão de crédito parcelado	8,48%	4,43%	6,71%
Crédito Rotativo	12,33%	7,94%	8,40%
Cheque especial	12,52%	6,28%	10,28%

Fonte: Revista Exame (2018).

Desta forma, é perceptível que existem grandes diferenças entre as diversas instituições financeiras existentes, cada uma comprometendo-se a ofertar determinados tipos de serviços, bem como apresentando diferentes filosofias que embasam seus preceitos e funcionamentos. Tendo isso em vista, a educação financeira demonstra ser um conhecimento essencial para os cidadãos, uma vez que através dele é possível escolher o tipo de instituição que melhor atende aos seus interesses.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa trata de uma análise quantitativa e descritiva (GIL, 2008), tendo por objetivo relacionar a educação financeira e o conhecimento popular acerca dos bancos e cooperativas de crédito. A abordagem quantitativa foi escolhida porque produz dados que comprovam ou refutam os objetivos gerais da pesquisa através de números, diferentemente da pesquisa qualitativa, que por sua vez, só permitiria conhecer os detalhes e percepções das informações obtidas (GEHARDT; SILVEIRA; 2009). Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva, além de descrever as características de determinada população, estabelece relações entre as variáveis. Ademais, o caráter descritivo do estudo permite a organização dos dados obtidos através de recursos visuais como Gráficos e Tabelas, além de ser um instrumento melhor para descrição e análise de características importantes e tendências dentro dos conjuntos estudados (REIS; REIS, 2002).

3.1 Universo da pesquisa e delimitação da amostra

A delimitação geográfica do estudo estava circunscrita ao município de Itabaiana-SE, sendo o universo da pesquisa composto pelos moradores da referida cidade.

Segundo Richardson (1999), as amostras são classificadas em probabilísticas e não probabilísticas. Para esta pesquisa, a amostra foi não probabilística acidental (RICHARDSON, 1999), uma vez que os elementos componentes da amostra da pesquisa foram escolhidos por conveniência do autor deste estudo, cujo critério para participar da pesquisa era ter algum tipo de vínculo com alguma instituição financeira à época da coleta de dados. Portanto, o resultado da pesquisa não poderá servir para provar hipóteses, nem tão pouco, para fazer generalizações para a população como um todo.

Como a amostra foi não probabilística, não foi utilizado os cálculos tradicionais de estatística para definir o tamanho da amostra, levando em consideração o nível de confiança e o erro amostral. Assim, pelo universo da pesquisa, seguindo o que recomenda Hair Jr. *et al.* (2005), foi estabelecido um tamanho de amostra que ficasse entre 100 e 200 questionários válidos.

No caso específico deste estudo, foi alcançado um total de 226 respondentes, sendo que deste total, 143 foram considerados válidos, e os demais (83 questionários) foram descartados, tendo em vista que eram de pessoas que não mantinham algum tipo de vínculo com instituições financeiras à época da pesquisa.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário (APÊNDICE) composto de cinco blocos, contendo no primeiro bloco o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), além da questão de corte (se o respondente era correntista ou não de alguma instituição financeira). O bloco 2 foi composto por questões sobre dados sociodemográficos, o bloco 3 continha treze questões sobre educação financeira, o bloco 4 sobre conhecimento sobre bancos (dez questões) e o bloco 5 trazia questões referentes ao conhecimento sobre cooperativas de crédito (onze questões). As questões referentes à educação financeira (conhecimento financeiro) foram replicadas literalmente do trabalho de Potrich, Vieira e Kirch (2014) e Potrich, Vieira e Kirch (2015), por esta escala já ter sido testada pelos referidos autores. As questões sobre bancos e cooperativas de crédito tiveram por base o trabalho de Vilanova (2020), com adaptações feitas especificamente para este trabalho.

Os blocos 3, 4 e 5 foram compostos por questões fechadas de múltipla escolha para que fosse assinalada apenas uma alternativa, à exceção da última questão do bloco 5, em que o respondente poderia assinalar mais de uma alternativa. As respostas das questões sobre conhecimento de bancos e cooperativas de crédito estavam no formato de escala tipo Likert de 5 pontos, com âncoras de discordo totalmente a concordo totalmente (MALHOTRA, 2012), à exceção da última questão do bloco 5. As respostas das questões sobre educação financeira foram classificadas em corretas (quando o respondente acertava a questão), incorretas (quando o respondente errava a questão) e não sei; e as questões que utilizaram a escala tipo Likert (conhecimento sobre bancos e cooperativas de crédito) foram classificadas em certas, erradas e neutras (questões sobre bancos e cooperativas de crédito). Neste último caso, foi atribuído o mesmo valor de acertos ou erros a quem respondeu “concordo” ou “concordo totalmente” e a quem respondeu “discordo” ou “discordo totalmente”. Para calcular o percentual de acertos foi feito o somatório de todas as respostas e calculado os respectivos percentuais.

O questionário foi aplicado *on-line*, e o *link* para enviar as respostas ficou aberto do dia 13 até o dia 24 de março de 2023, data esta em que se alcançou um número suficiente de questionários respondidos.

O nível de educação financeira dos respondentes foi classificado em baixo, mediano e alto, tomando por base a classificação proposta por Chen e Volpe (1998), em que os autores consideram que percentuais de acertos abaixo de 60% indica um escore baixo em educação financeira. Percentuais entre 60-79% correspondem a um conhecimento mediano e percentuais iguais ou maiores a 80% indicam um alto nível de educação financeira. Esta mesma classificação foi adotada para mensurar o nível de conhecimento sobre bancos e cooperativas.

As relações analisadas entre as variáveis sociodemográficas e educação financeira foram adaptadas de Lopes e Andrade (2019), e são aqui descritas com as seguintes proposições: (1) Em relação ao **gênero**: as mulheres geralmente apresentam menores níveis de educação financeira do que os homens; (2) Em relação à **escolaridade**: maior escolaridade está associada a maiores níveis de educação financeira; (3) Em relação à **ocupação**: funcionários de empresas públicas possuem maior nível de educação financeira; (4) Em relação à **renda**: pessoas com maior nível de renda possuem maior nível de educação financeira.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação financeira corresponde à compreensão e busca pelo entendimento acerca dos processos que envolvem a administração de recursos financeiros, a fim de manejá-los de forma adequada para garantir estabilidade e prosperidade, demonstrando-se um conhecimento essencial para que as pessoas consigam tomar decisões melhores sobre suas finanças. Contudo, embora não se tenha um consenso acerca do que influencia a educação financeira dos indivíduos, vários autores encontraram em suas pesquisas que os fatores sociodemográficos exercem influência sobre a educação financeira (BEN DOUISSA, 2020; POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015; POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2014; POTRICH; VIEIRA, CERETA, 2013; SILVA; FORTE; OLIVEIRA, 2022; SILVA, 2019; XAVIER *et al.*, 2021).

4.1 Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa

Com a intenção de cumprir com os objetivos específicos, o primeiro item a ser apresentado é o perfil sociodemográficos dos participantes da pesquisa.

4.1.1 Gênero dos participantes

Em relação à questão de gênero com o qual os participantes se identificam, pelo Gráfico 2 é possível perceber que 55,0% da amostra se identifica como gênero masculino e 44,0% consideram-se pertencente ao gênero feminino. Por sua vez, 1,0% dos participantes afirmaram não se identificar nem com o gênero masculino, nem feminino.

Gráfico 2 – Percentual de gênero com o qual os participantes se identificam



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

4.1.2 Escolaridade dos participantes

Por meio do Gráfico 3 percebe-se que os participantes têm um alto nível de escolaridade, pois somando os que informaram ter ensino superior completo com os que realizaram MBA, Mestrado, Doutorado ou Pós-graduação, o percentual é de 42% de participantes da pesquisa com no mínimo a graduação. O segundo maior percentual (39%) é representado por aqueles que ainda estão cursando algum curso universitário e 15% concluíram o ensino médio, sendo baixíssimos os percentuais referentes ao ensino médio incompleto e o ensino fundamental completo, 3% e 1%, respectivamente. Na amostra não foi identificado nenhum participante com o ensino fundamental incompleto.

Gráfico 3 – Percentual de escolaridade apresentado pelos participantes da pesquisa

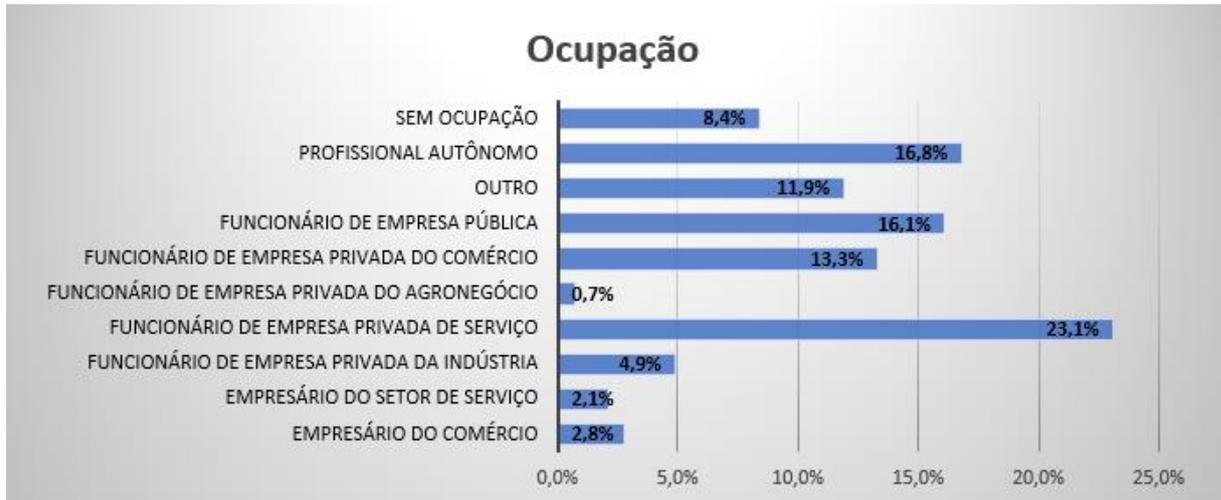


Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Este resultado corrobora com o trabalho de Silva (2022), que em seu estudo sobre literacia financeira (alfabetização financeira) dos micros e pequenos empresários do setor terciário da região Nordeste, também constatou o mesmo fenômeno: um alto nível educacional da população, o que demonstra que o nordestino, seja ele da capital ou do interior, tem procurado melhorar a sua formação educacional. E, muito embora o fato da melhoria do nível educacional dos nordestinos ser uma realidade comprovada por pesquisas, o resultado alcançado por este trabalho também pode estar relacionado à amostra por conveniência, uma vez que a maior divulgação da pesquisa foi feita entre o público universitário.

4.1.3 Ocupação dos participantes

A pergunta subsequente aos participantes foi em relação à sua ocupação profissional (Gráfico 4). Não foram identificados empresários do agronegócio e nem da indústria. Mas um fator que chamou a atenção foi o do percentual de ocupação no comércio (13,3%) ser menor do que o percentual de ocupação em serviços (23,1%), uma vez que Itabaiana é conhecida como a cidade do comércio.

Gráfico 4 – Percentual de ocupação profissional dos participantes da pesquisa

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

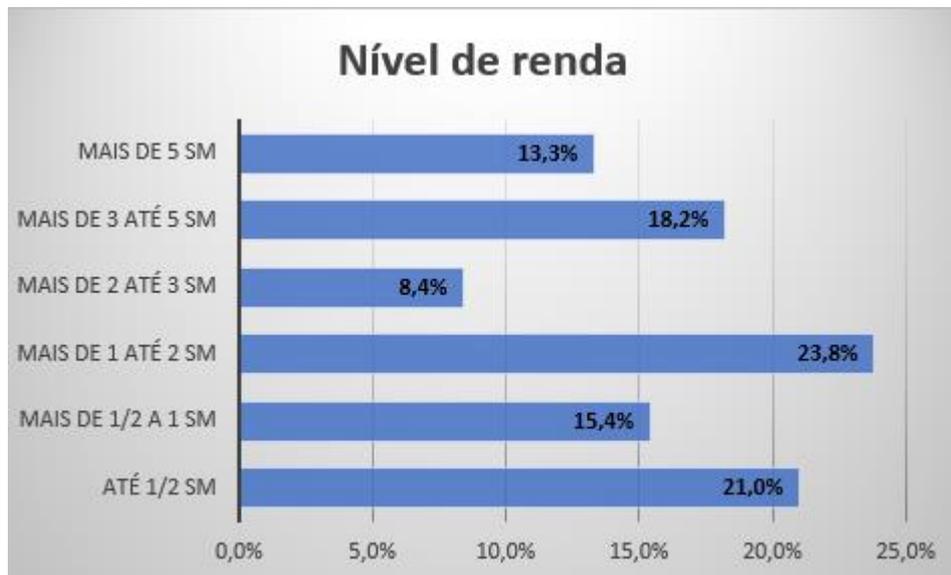
A ocupação profissional mais frequente entre os participantes da pesquisa é a de funcionário de empresa privada de serviço (23,1%), seguida por profissional autônomo (16,8%) e funcionário de empresa pública (16,1%), e só depois aparece o de comércio (13,3%). Aparece, também um percentual de 8,4% de participantes que disseram não ter ocupação no período em que a pesquisa foi aplicada. No caso de empresários, tanto do setor de serviço quanto de comércio, o percentual foi pequeno (2,1% e 2,8%, respectivamente). Assim como também foi pequeno o percentual de funcionário do agronegócio (0,7%). E os 11,9% que afirmaram fazer parte de outro tipo de ocupação, identificaram-se como estudantes, aposentado/pensionista, estagiário e profissional da saúde.

Conforme ressaltado, a maior ocupação dos participantes da pesquisa está no setor de serviços, o que indica que mesmo sendo uma cidade de comércio forte, Itabaiana segue a tendência nacional em que o setor de serviços vem superando o setor de comércio na economia nacional.

4.1.4 Nível de renda dos participantes

Por fim, a última variável do questionário envolvendo dados sociodemográficos foi o rendimento mensal apresentado pelos participantes (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Percentual do nível de renda dos participantes da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O Gráfico 5 demonstra que quando analisados por faixas separadas, o maior percentual encontra-se na faixa de mais de 1 até 2 salários mínimos (23,8%). Esse resultado está em conformidade com os dados do IBGE (2021), quando diz que a média mensal registrada no Brasil em 2021 foi de R\$ 2.265, o que representa um pouco menos do que dois salários mínimos vigentes atualmente. Entretanto, o que chama a atenção é o fato de serem próximos o somatório dos percentuais entre as duas primeiras faixas (31,5%) e as duas últimas (36,4%), indicando a grande disparidade no rendimento mensal entre os participantes da pesquisa, talvez pelo fato de a região Nordeste do país ser uma das principais afetadas pela desigualdade social (AGÊNCIA BRASIL, 2022). Segundo os dados da pesquisa, dos 13,3% (19 respondentes) que disseram receber mais de 5 salários mínimos mensais, estão entre eles empresários do comércio (2 respondentes) e do setor de serviços (1 respondente), 3 funcionários de empresas privadas de serviço, 1 do agronegócio e 2 do comércio, além de 3 funcionários de empresas públicas e 3 profissionais autônomos. Quatro respondentes disseram que exercem a ocupação “Outro” (funções que não se encaixavam no rol de opções à disposição). Esses são aposentados ou pensionistas.

4.2 Nível de educação financeira dos participantes da pesquisa

Com o intuito de cumprir com o segundo objetivo proposto neste trabalho (mensurar o nível de educação financeira dos cidadãos da cidade de Itabaiana), pela Tabela 3 e o Gráfico 6 é possível observar os resultados, tendo por base o número de acertos e erros referentes às questões sobre educação financeira, assim como o número das pessoas que disseram não saber responder.

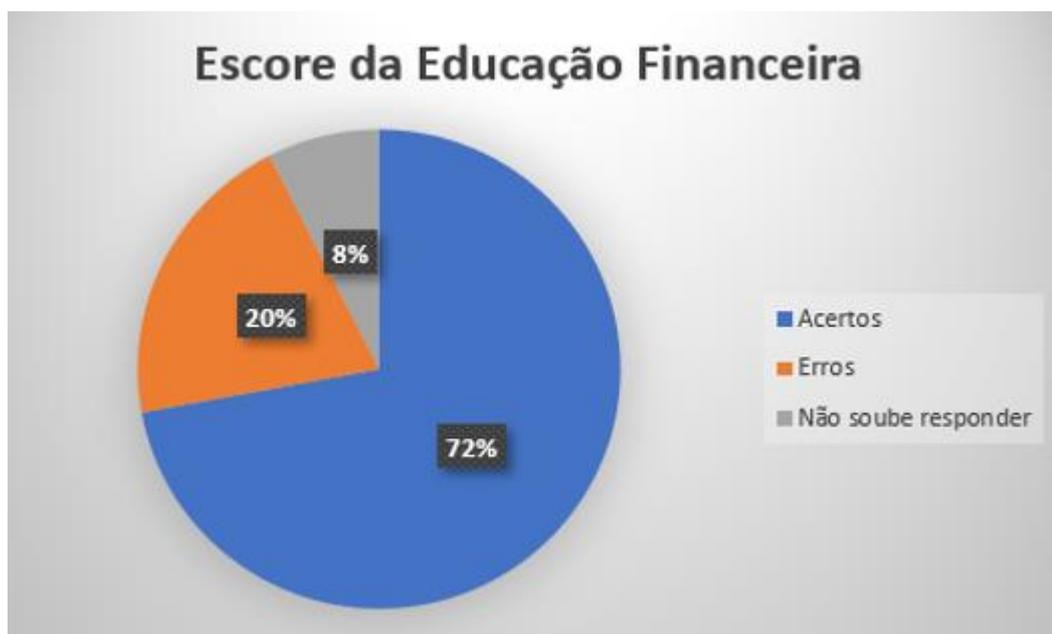
Conforme dito anteriormente, as questões sobre educação financeira correspondem a 13 questões extraídas do trabalho de Potrich, Vieira e Kirch (2014) e Potrich, Vieira e Kirch (2015), e têm por objetivo mensurar o nível de conhecimento dos respondentes acerca da inflação, taxa de juros, valor do dinheiro no tempo, risco, retorno, diversificação, mercado de ações e títulos públicos (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015).

Tabela 3 – Escore do nível de educação financeira dos participantes da pesquisa

Participantes	Educação Financeira		Percentual
143	Acertos	1.340	72,1%
	Erros	379	20,4%
	Não sabe	140	7,5%
	Total	1.859	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Gráfico 6 – Escore da educação financeira dos participantes da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Segundo a classificação proposta por Chen e Volpe (1998), percentuais de acertos abaixo de 60% indica um escore baixo em educação financeira. Percentuais entre 60-79% correspondem a um conhecimento mediano e percentuais iguais ou maiores a 80% indicam um alto nível de educação financeira. Conforme se pode analisar pelos dados apresentados acima, a maioria dos respondentes acertou as questões referentes à educação financeira (72%), o que indica que, tomando por referência a classificação de Chen e Volpe (1998), o nível de educação financeira dos participantes desta pesquisa é considerado médio.

Este resultado é interessante porque se diferencia do resultado de algumas pesquisas relacionadas à mensuração do nível de conhecimento financeiro aplicadas a diversos públicos e em diversas regiões, como por exemplo, os estudos de Potrich, Vieira e Kirch (2014) que investigou o nível de conhecimento financeiro como um dos três tripés da alfabetização financeira e, especificamente sobre o conhecimento financeiro da população do Rio Grande do Sul, os autores classificam a população em geral com baixo nível de conhecimento financeiro. Nesta mesma linha seguem os trabalhos de Matta (2007), com estudantes universitários do Distrito Federal, dentre tantos outros (LUSARDI; MITCHELL, 2011b; LUSARDI; MITCHELL; CURTO, 2010; SEKITA, 2011), em que o nível de conhecimento da população pesquisada é baixo.

4.3 Relação entre o nível de educação financeira e os fatores sociodemográficos

Antes de começar esta análise, é importante chamar a atenção para o fato de que a idade não foi uma variável analisada dentre as variáveis sociodemográficas, porque segundo vários autores (POTRICH, 2014; BEN DOUISSA, 2020; SILVA; FORTE; OLIVEIRA, 2022, entre outros), este fator não tem diferença estatisticamente significativa em nenhum aspecto do conhecimento financeiro. Além do que, outros autores (KADOYA; KHAN, 2020; LUSARDI; MITCHELL, 2011a) identificaram que esta relação não é linear, ou seja, o conhecimento financeiro aumenta com a idade até um certo ponto, atinge o pico na meia-idade e depois começa a cair, configurando uma relação em forma de U invertido. Portanto, neste trabalho fez-se a opção de analisar apenas as variáveis que tenham relação linear entre elas. Isto posto, a primeira relação estabelecida foi entre o nível de educação financeira e os fatores sociodemográficos foi em relação ao gênero.

4.3.1 – Relação entre gênero e nível de educação financeira

A relação entre gênero e nível de educação financeira tem sido alvo de estudos em várias pesquisas científicas, e a literatura consultada (CHEN; VOLPE, 1988; LUSARDI; MITCHELL, 2011a; POTRICH, 2014; POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015) apresenta que, historicamente, as mulheres demonstram ter menos educação financeira quando comparado ao gênero masculino. Baseados nestes estudos, a relação estabelecida por este trabalho propunha que as mulheres geralmente apresentam menores níveis de educação financeira do que os homens.

Tabela 4 – Nível de educação financeira, por gênero

	Nº	%	Gênero					
			Masculino		Feminino		Outro	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acertos	1340	72,1	774	57,8	554	41,3	12	0,9

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Pelos dados fornecidos pela pesquisa e transcrito para a Tabela 4, percebe-se que esta relação se verifica, pois do total de questões respondidas corretamente, os homens acertaram mais (57,8%) do que as mulheres (41,3%). Segundo Lusardi e Wallace (2013), esta relação se verifica em países de quase todo o mundo, sejam eles economicamente desenvolvidos ou não. Ao mesmo tempo, o gênero feminino é mais propenso a dizer que não sabe responder do que o gênero masculino (LUSARDI; MITCHELL, 2011a), o que pode indicar que essa diferença possa vir, também, do fato de que os homens podem acertar pelo ‘chute’, ou seja, os homens são mais propensos a arriscar uma resposta, tenham ou não certeza de que esta está correta. Já as mulheres só respondem aquelas questões que elas têm certeza; se não, preferem colocar o “não sabe”. Com efeito, nesta pesquisa se verificou esse fenômeno: 60% das mulheres assinalaram o “não sei”, contra 40% dos homens.

É válido ressaltar que a educação financeira é uma ferramenta importante para mitigar as diferenças de gênero acerca da gestão de recursos e do conhecimento financeiro, podendo auxiliar as mulheres a se sentirem mais confiantes ao tomar decisões financeiras responsáveis. (CHEN; VOLPE, 1998).

4.3.2 Nível de educação financeira, por escolaridade dos participantes da pesquisa

Como observado anteriormente (Gráfico 3, p. 42), não foram encontrados na amostra pessoas cursando o ensino fundamental incompleto, e a amostra apresentou um alto nível de escolaridade.

Muitos autores confirmam a relação positiva entre escolaridade e educação financeira (BEN DOUISSA, 2020, DELAVANDE; ROHWEDDER; WILLIS, 2008; ERCEG; GALIC; VEHOVEC, 2019; LUSARDI; MITCHELL, 2011a; POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2014; SILVA; FORTE; OLIVEIRA, 2022). Seguindo esta linha de raciocínio, este estudo adotou como proposição que maior escolaridade está associada a maiores níveis de educação financeira.

Pela Tabela 5, percebe-se que a educação formal é importante para a educação financeira dos participantes desta pesquisa. Ao somar o percentual dos indivíduos com ensino superior completo (22,8%) com os que fizeram algum tipo de pós-graduação (19,6%), chega-se a um total de 42,4%, bem próximo do percentual daqueles que se encontravam na universidade à época da coleta de dados (41,3%).

Tabela 5 – Nível de educação financeira, por escolaridade

Escolaridade	Total de acertos	
	Nº	%
Ensino fundamental completo	11	0,8
Ensino médio completo	185	13,8
Ensino médio incompleto	22	1,6
Ensino superior completo	305	22,8
Ensino superior incompleto	554	41,3
MBA e outras pós-graduações	263	19,6
Total	1.340	100,0

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Nesse sentido, se confirmou parcialmente a proposição, uma vez que quem tem maior nível educacional (respondentes que cursaram ou que estão cursando algum tipo de curso superior (83,7%), conseguiu maior escore de respostas corretas. Entretanto, a confirmação é parcial porque quem conseguiu o maior escore de questões respondidas corretamente foram os

respondentes que têm o ensino superior incompleto, portanto, tecnicamente um nível abaixo do ensino superior completo.

4.3.3 Nível de educação financeira, por ocupação dos participantes da pesquisa

Conforme resgatado no referencial teórico, a ocupação é uma variável que pode ser analisada por vários aspectos. No caso específico deste estudo, o aspecto adotado foi o de estabilidade do emprego, e conseqüentemente, estabilidade de renda. Assim, adotou-se a proposição de que funcionários públicos possuem maior nível de educação financeira.

Conforme se pode verificar pela Tabela 6 abaixo, esta proposição não foi confirmada, haja vista o maior escore de acertos ter sido entre os funcionários de empresas privadas de serviço (25,5%), seguido pelos profissionais autônomos (19,3%), ficando o funcionário de empresa pública em terceira colocação (16,6%) em termos de número de questões acertadas. Ressalte-se que do rol de opções, foram excluídos para esta análise os indivíduos que afirmaram não ter ocupação, o que reduziu, conseqüentemente, o número do total de acertos.

Tabela 6 – Nível de educação financeira, por ocupação

Ocupação	Total de acertos	
	Nº	%
Empresário do comércio	41	3,4
Empresário do setor de serviços	25	2,0
Funcionário de empresa privada da indústria	66	5,4
Funcionário de empresa privada de serviço	311	25,5
Funcionário de empresa privada do agronegócio	10	0,8
Funcionário de empresa privada do comércio	174	14,3
Funcionário de empresa pública	202	16,6
Outro	155	12,7
Profissional autônomo	235	19,3
Total	1.219	100,0

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

A explicação para este fato talvez possa estar no avanço da liderança do setor de serviço sobre o PIB nacional (VEJA, 2023), fenômeno este que já vem ocorrendo há algum tempo. Assim como também vem crescendo o trabalho por conta própria, principalmente depois da Legislação que regulamentou o MEI (Microempreendedor individual). (BRASIL, 2006).

4.3.4 Nível de educação financeira, por faixa de renda dos participantes da pesquisa

Em relação à renda, não há um consenso entre os autores sobre se ela afeta ou não o nível de educação financeira. Alguns autores constatam uma relação direta entre nível de renda e educação financeira (POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013). Por sua vez, Xavier *et al.* (2021) chega à conclusão contrária, ou seja, a renda não exerce influência sobre a educação financeira. Seguindo a linha de raciocínio de Potrich, Vieira e Ceretta (2013), a proposição adotada para analisar neste estudo foi a de que há uma relação direta entre renda e educação financeira.

Tabela 7 – Nível de educação financeira, por faixa de renda dos participantes

Faixa de renda	Total de acertos	
	Nº	%
Até ½ SM	257	19,2
Mais de ½ a 1 SM	196	14,6
Mais de 1 até 2 SM	337	25,1
Mais de 2 até 3 SM	127	9,5
Mais de 3 até 5 SM	229	17,1
Mais de 5 SM	194	14,5
Total	1.340	100,0

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Conforme os dados da atual pesquisa (Tabela 7), o maior escore de questões acertadas ficou na faixa de renda de mais de 1 até 2 salários mínimos (25,1%), seguida pelos que recebem até meio salário mínimo (19,2%). O terceiro maior nível de acerto ficou na faixa salarial de mais de 3 até 5 salários mínimos (17,1%). O que chama a atenção é o fato de o percentual de quem está na faixa de mais de 5 salários mínimos (14,5%), ser praticamente igual ao de quem está na faixa de mais de meio a um salário mínimo (14,6%), com uma leve diferença para mais nesta última faixa, inclusive. O menor percentual ficou na faixa de mais de 2 até 3 salários mínimos (9,5%).

Assim, segundo se pode observar pelos dados apresentados, não se confirma a proposição deste trabalho de que há uma relação direta entre renda e educação financeira, uma vez que se esperava que os que têm uma renda maior, tivesse maior acerto nas respostas sobre

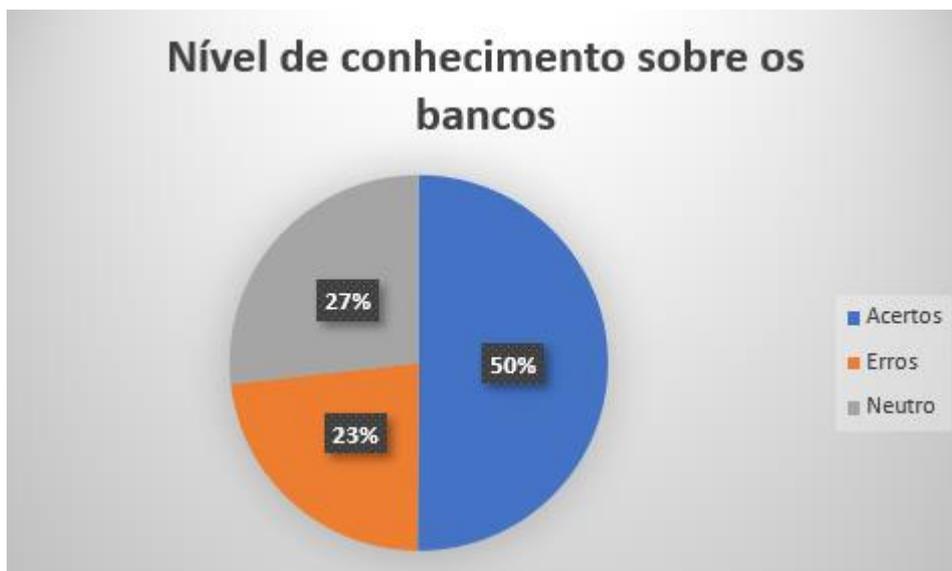
educação financeira. E como observado, este não foi o caso. Pelo contrário, ao se somar os percentuais das três mais altas faixas de renda (mais de 2 até mais de 5 salários mínimos), o percentual de acerto chega a 41,1%, inferior ao percentual alcançado pelas três primeiras faixas de renda (meio salário mínimo até 2 salários mínimos), que chega a 58,9%. Este resultado está em conformidade com o estudo do Serasa *Experian* (2019) que fez a mesma descoberta em relação ao comportamento financeiro do indivíduo brasileiro.

4.4 Nível de conhecimentos dos participantes da pesquisa sobre os bancos

Conforme já exposto na metodologia, as dez questões de conhecimento sobre os bancos tiveram por base o trabalho de Vilanova (2020) e as opções de respostas foram estruturadas com escala do tipo Likert de cinco pontos, que vai de discordância total a concordância total.

Para analisar as respostas, com os dados da pesquisa foi elaborado o Gráfico 7 abaixo, indicando o percentual de acertos, erros e respostas neutras (não concordo/nem discordo). Ressalte-se que aqui a resposta neutra tem o significado de “não sei responder” (VILANOVA, 2020), e que, portanto, o respondente não se sente seguro ou tem dúvidas em assinalar concordância ou discordância.

Gráfico 7 – Escore do nível de conhecimento sobre os bancos



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Para a análise dos dados foi adotada a mesma classificação de Chen e Volpe (1998) utilizada na análise das questões sobre educação financeira. Assim, percentuais de acertos

abaixo de 60% indica um escore baixo em conhecimento sobre bancos. Percentuais entre 60-79% correspondem a um conhecimento mediano e percentuais iguais ou maiores a 80% indicam um alto nível de conhecimento sobre bancos. Assim definido, percebe-se que o nível de conhecimento dos respondentes sobre os bancos é baixo. O percentual de acerto chegou a 50%. Apesar deste percentual não ser desprezível, era esperado um melhor desempenho dos respondentes, tendo em vista que o público-alvo é declaradamente de correntistas. Chama a atenção, também, o alto percentual de respostas neutras (27%), que está acima, portanto, do percentual de respostas erradas (23%).

Quando estratificado por gênero (Tabela 8), percebe-se que o gênero masculino teve um número maior de acertos (59,1%) do que o gênero feminino (40%). Como também, o gênero masculino teve menos dúvidas em responder as questões (43,7%) do que as mulheres (55,7%).

Tabela 8 – Escore do nível de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre os bancos, por gênero

	Nº	%	Gênero					
			Masculino		Feminino		Outro	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acertos	685	50,1	405	59,1	274	40,0	6	0,9
Neutro	366	26,8	160	43,7	204	55,7	2	0,6

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Embora nos tempos atuais exista um avanço significativo no que se refere à equidade de gênero (CALDERÓN, 2008; CEZAR, 2016), este resultado não é totalmente atípico, uma vez que historicamente as mulheres não foram educadas para tratar de suas finanças, mas pelo contrário, foram criadas para serem dependentes financeiramente, tornando-as mais passivas em relação às suas finanças (CALAMATO, 2010).

4.5 Nível de conhecimentos dos participantes da pesquisa sobre cooperativas de crédito

Conforme já ressaltado, as questões de conhecimento sobre as cooperativas de crédito foram baseadas no trabalho de Vilanova (2020) e assim, como as questões sobre bancos, foram estruturadas com escala do tipo Likert de cinco pontos.

Para verificar o nível de conhecimento dos participantes sobre cooperativas de crédito foi elaborado o Gráfico 8, indicando o percentual de acertos, erros e respostas neutras (não

concordo/nem discordo). Da mesma forma, se faz a observação aqui de que a resposta neutra tem o significado de “não sei responder” (VILANOVA, 2020).

Gráfico 8 – Escore do nível de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre cooperativas de crédito



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Conforme se pode observar, o escore de conhecimento sobre cooperativas de crédito foi pior do que o de conhecimento sobre bancos. Apenas 36% dos respondentes acertaram as questões, o que segundo a classificação adotada (CHEN; VOLPE, 1998), indica que o conhecimento sobre cooperativas de crédito é muito baixo. Ressalte-se que o percentual de respostas neutras (de pessoas que não souberam responder à questão) é maior do que o percentual de acertos em três pontos percentuais, o que demonstra que realmente é insatisfatório o conhecimento sobre cooperativas de crédito da amostra pesquisada.

Quando estratificado por gênero (Tabela 9), é possível perceber praticamente a mesma configuração das respostas sobre os bancos, com um nível maior de conhecimento dos homens (57,5%) sobre o conhecimento das mulheres (40,8%) e menos respostas neutras (48,4%) do que as respostas neutras das mulheres (51,4%).

Tabela 9 – Escore do nível de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre cooperativas de crédito, por gênero

	Nº	%	Gênero					
			Masculino		Feminino		Outro	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acertos	517	36,1	297	57,5	211	40,8	9	1,7
Neutro	562	39,3	272	48,4	289	51,4	1	0,2

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

O que se observa aqui é que tanto nas questões sobre os bancos quanto sobre cooperativas de crédito, houve uma alta porcentagem da resposta neutra (não concordo/nem discordo), talvez indicando que as pessoas não estão firmes em sua resposta.

4.6 Atributos para a escolha da instituição financeira

Conforme ressaltado, a última questão do bloco 5 foi exceção às respostas do tipo Likert, porque o objetivo dela era verificar quais são os atributos mais importantes para a escolha de uma instituição financeira para os respondentes. Para identificar os atributos mais importantes, a questão trazia frases elencando as características mais fortes dos bancos (B) e das cooperativas de crédito (C) (VILANOVA, 2020), podendo ser assinalada uma ou várias opções. O Quadro 5 apresenta os atributos e as características de cada instituição:

Quadro 5 – Atributos para a escolha de uma instituição financeira

ATRIBUTOS	CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES
Baixo custo (tarifas e juros)	Cooperativas de crédito (C)
Disponibilidade dos produtos que preciso	Cooperativas de crédito (C)
Gerar benefícios para as comunidades onde estão inseridas	Cooperativas de crédito (C)
Maior rentabilidade nos investimentos	Cooperativas de crédito (C)
Atendimento profissional e qualificado	Bancos (B)
Nome da instituição reconhecida no mercado	Bancos (B)
Facilidade de encontrar agências	Bancos (B)
Solidez da instituição financeira	Bancos (B)
Experiência no uso dos serviços digitais	Bancos (B)
Promoção do desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental)	Cooperativas de crédito (C)
Gerar impacto social positivo nas comunidades	Cooperativas de crédito (C)
Relacionamento pessoal com os clientes	Cooperativas de crédito (C)

Atendimento exclusivo por faixa de renda	Bancos (B)
Pouca burocracia nas transações	Bancos (B)

Fonte: Vilanova (2020).

Tendo por base o Quadro 5 de Vilanova (2020), foi elaborada a Tabela 10 com a classificação dos atributos para a escolha de uma instituição financeira por parte dos entrevistados.

Tabela 10 – Classificação dos atributos para a escolha de uma instituição financeira

ATRIBUTOS	CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES	Nº de respostas	Porcentagem (%)	Classificação
Baixo custo (tarifas e juros)	C	109	12,5	1º
Maior rentabilidade nos investimentos	C	99	11,3	2º
Atendimento profissional e qualificado	B	86	9,8	3º
Pouca burocracia nas transações	B	81	9,3	4º
Solidez da instituição financeira	B	66	7,6	5º
Nome da instituição reconhecida no mercado	B	62	7,1	6º
Relacionamento pessoal com os clientes	C	59	6,8	7º
Disponibilidade dos produtos que preciso	C	58	6,6	8º
Experiência no uso dos serviços digitais	B	57	6,5	9º
Facilidade de encontrar agências	B	53	6,1	10º
Gerar benefícios para as comunidades onde estão inseridas	C	44	5,0	11º
Gerar impacto social positivo nas comunidades	C	43	4,9	12º
Promoção do desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental)	C	42	4,8	13º
Atendimento exclusivo por faixa de renda	B	14	1,6	14º
TOTAL		873	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor (2023), com base em Vilanova (2020).

Pela análise da frequência dos atributos mais fortes que caracterizam os bancos e as cooperativas de crédito pode-se verificar que dentre as cinco primeiras colocações, em termos numéricos, são escolhidos mais atributos característicos dos bancos (três de um total de cinco) do que os atributos característicos das cooperativas de crédito (dois de um total de cinco). Entretanto, em termos de classificação, a primeira e a segunda colocações ficaram para os atributos característicos de cooperativas de crédito que são os baixos custos e a maior rentabilidade nos investimentos, respectivamente. O que é uma indicação de que a população leva em consideração os atributos fortes das cooperativas de crédito, mas por não terem conhecimento sobre como funcionam tais cooperativas (conforme se pode verificar no item 4.5), não identificam as vantagens de se optar por uma ou outra instituição financeira.

Assim, com base na discussão até aqui apresentada, os Quadros 6 e 7 apresentam o resumo dos resultados obtidos com a pesquisa:

Quadro 6 – Nível de educação financeira, conhecimentos sobre bancos e cooperativas dos participantes da pesquisa

Variáveis de análise	Nível de conhecimento
Educação financeira	Médio
Conhecimento sobre bancos	Baixo
Conhecimento sobre cooperativas de crédito	Muito baixo

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Neste trabalho, segundo a classificação de Chen e Volpe (1998), o nível de educação financeira dos participantes desta pesquisa é mediano, e o conhecimento sobre bancos e cooperativas de crédito é baixo e muito baixo, respectivamente.

Quadro 7 - Resumo das proposições e suas relações com a educação financeira

Variáveis	Proposições	Suporte
Gênero	As mulheres geralmente apresentam menores níveis de educação financeira do que os homens	Confirmada
Escolaridade	Maior escolaridade está associada a maiores níveis de educação financeira	Confirmada parcialmente
Ocupação	Funcionários de empresas públicas possuem maior nível de educação financeira	Não confirmada
Renda	Pessoas com maior nível de renda possuem maior nível de educação financeira	Não confirmada

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Em relação às proposições sobre educação financeira e os fatores sociodemográficos, foi confirmada a relação estabelecida de gênero, confirmando o resultado da grande maioria de pesquisas que relacionam gênero e educação financeira. A relação com a escolaridade foi confirmada parcialmente, pois embora não tendo uma relação totalmente inversa, os maiores escores de educação financeira se verificou no nível educacional do ensino médio completo, porém com respondentes que já frequentam o ensino superior (ensino superior incompleto). A relação com a ocupação não foi confirmada, pois o maior escore de educação financeira foi dos funcionários de empresas privadas de serviço e não de funcionários de empresas públicas. E por fim, em relação a renda a proposição também não foi confirmada, pois o maior escore de educação financeira ficou na faixa de renda de mais de 1 até 2 salários mínimos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira é uma ferramenta fundamental para garantir uma gestão de recursos eficiente e consciente, auxiliando a reduzir riscos e evitar dívidas que possam comprometer a qualidade de vida da população. A educação financeira é influenciada por diversos fatores sociodemográficos, como o gênero, a escolaridade, ocupação e renda do indivíduo. Esses determinantes podem contribuir para um maior nível de educação financeira, ou estar associados às dificuldades apresentadas pelo indivíduo para gerenciar seus recursos. Desta forma, o presente trabalho chegou à conclusão de que os respondentes desta pesquisa, ainda que morando numa cidade considerada importante polo comercial do estado de Sergipe, apresentam lacunas tanto na educação financeira, quanto no conhecimento acerca de bancos e cooperativas de crédito. É possível que este déficit seja mitigado a partir de ações realizadas pelas próprias instituições financeiras, uma vez que a pesquisa comprovou que os participantes valorizam os atributos considerados característicos das cooperativas, mas desconhecem os benefícios que, as mesmas, podem trazer para suas comunidades. Então, uma maior atuação tanto dos bancos quanto das cooperativas de crédito, no sentido de promover a educação financeira, ampliando o conhecimento dos moradores da cidade de Itabaiana acerca do funcionamento dos bancos e das cooperativas de crédito é uma sugestão que este trabalho deixa a estas instituições financeiras, pois o comprometimento delas com a promoção da educação financeira é essencial para mitigar essa lacuna de conhecimento da população, podendo até mesmo atrair novos clientes/associados para si, com o diferencial de que estes clientes/associados serão fieis à instituição, uma vez que estarão esclarecidos sobre seus benefícios.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, N. **Direito bancário**. 12 ed. Saraiva: São Paulo, 2009.

ACB. ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO. 2022. Disponível em: <https://anuario.coop.br/brasil/cooperativas>. Acesso em 24 mar. 2023.

ACCU. Asian Confederation of Credit Unions. History/Institutional Background. 2017. Disponível em: <https://aaccu.coop/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ACI. ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. About us. 2023. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/about-us/international-cooperative-alliance>. Acesso em: 24 mar. 2023.

ANDRADE, I. J. F. de. Avaliação de desempenho financeiro dos bancos digitais e dos bancos tradicionais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17323>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ASMALIDAR; PRATOMO, W. A.; WAROKKA, A. Millennials' financial literacy and demographic characteristics: lessons from public urban universities. 34th International Business-Information-Management-Association (IBIMA) Conference, 2019. Disponível em: <https://ibima.org/accepted-paper/millennials-financial-literacy-and-demographic-characteristics-lessons-from-public-urban-universities/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cooperativas de crédito. Brasília: BACEN, 2015. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pre/bc_atende/port/coop.asp. Acesso em: 11 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. O que é banco (instituição financeira). BACEN, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/bancoscaixaseconomicas>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Todos os bancos do Brasil. BACEN, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bancosbrasil.com.br/bancos-do-brasil/>. Acesso em 11 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/bancoscaixaseconomicas>. Acesso em: 09 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF.

BRASIL. Estratégia nacional de educação financeira – **Plano Diretor da ENEF**. 2010. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBFEF.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Brasília: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/VeMAkr>. Acesso em: 18 jan. 2020.

BEN DOUISSA, I. Factors affecting college students' multidimensional financial literacy in the Middle East. *International Review of Economics Education*, v. 35, p. 1- 20, 2020. DOI 10.1016/j.iree.2019.100173.

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. Financial literacy: an overview of practice, research, and policy. *Federal Reserve Bulletin*, 2002. DOI 10.17016/bulletin.2002.88-11.

CALAMATO, M. P. Learning financial literacy in the family. 2010. Master's Theses. 3849. Disponível em: https://scholarworks.sjsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4846&context=etd_theses. Acesso em: 18 set. 2021

CALCAGNO, R.; ALPEROVYCH, Y. Financial literacy and entrepreneurship. In: QUAS, A.; ALPEROVYCH, Y.; BELLAVITIS, C.; PAELEMANN, I. (ed.) **New Frontiers in entrepreneurial finance research**. New Jersey: World Scientific, 2019. p. 271-297.

CALDERÓN, M. L. **Microcréditos y pobreza – De um sueño al Nobel de la Paz**. Madrid: Editora Turpial, 2008.

CARDOSO, U. C. **Cooperativa** (Série Empreendimentos Coletivos). Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/\\$File/5193.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/$File/5193.pdf). Acesso em: 18 fev. 2023.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CEZAR, I. F. Microcrédito e empoderamento de mulheres de baixa renda: uma análise do projeto “elas”. 2016. Dissertação de Mestrado (Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/teses-dissertacoes/microcredito-e-empoderamento-de-mulheres-de-baixa-renda-uma-analise-do-projeto>. Acesso em: 02 fev. 2023.

CHEN, H.; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. *Financial Services Review*, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998. DOI 10.1016/S1057-0810(99)80006-7

CONFEBRAS. História do cooperativismo financeiro pelo mundo. 2019. Disponível em: <https://www.confabras.coop.br/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

COSTA, M. Educação financeira na escola do campo: a importância de jogos matemáticos em sua aprendizagem. 2018. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da

Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13892>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2021.

DELAVANDE, A.; ROHWEDDER, S.; WILLIS, R. Preparation for retirement, financial literacy and cognitive resources. *Working Papers* wp 2008-190, University of Michigan, Michigan Retirement Research Center, 2008. DOI 10.2139/ssrn.1337655).

ERCEG, N.; GALIC, Z.; VEHOVEC, M. What determines financial literacy? In search of relevant determinants. *Revija Za Socijalnu Politiku*, v.26, n. 3, p. 293-313, 2019. DOI 10.3935/rsp.v26i3.1541.

FAVERI, D. B.; KROETZ, M.; VALENTIM, I. Educação financeira para crianças. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9., 2012, Resende. Anais [...]. Resende: SEGeT, 2012.

FERREIRA, M. A. M.; GONÇALVES, R. M. L.; BRAGA, M. J. Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). *Economia Aplicada*, v. 11, p. 425-445, 2007. DOI 10.1590/S1413-80502007000300006.

FORTE, C. M. J. O papel da AEF-Brasil na execução da estratégia nacional. In: FORTE, C.M J. (org.). **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF): em busca de um Brasil melhor**. São Paulo: Riemma Editora, 2020. p. 30-59. DOI 10.52343/riemmaeditora.978-65-00-11588-8.

GALE, W. G.; LEVINE, R. Financial literacy: what works? How could it be more effective? *Work Paper*, 2010. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/10_financial_literacy_fale_levine.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOYAL, K.; KUMAR, S. Financial literacy: a systematic review and bibliometric analysis. *International Journal of Consumer Studies*, v. 45, p. 1-26, 2020. DOI 10.1111/ijcs.12605)

GREGORINI, G. A importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento local. *Gestão de Cooperativas de Crédito-Unisul Virtual*, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/15255>. Acesso em: 27 Jan. 2023.

HAIR Jr., J. F.; TATHAM, R. L.; ANDERSON, R. E.; BLACK, W. **Análise multivariada de dados**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HUNG, A.; PARKER, A.; YOONG, J. Defining and measuring financial literacy. *RAND Working Paper Series* WR-708, 2009. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/working_papers/2009/RAND_WR708.pdf Acesso em: 10 fev. 2023.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. *Journal of Consumer Affairs*, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010). DOI 10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x

IBGE. Censo demográfico 2010. Brasil / Sergipe / Itabaiana. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/panorama>. Acesso em: 18 mar. 2023.

IBGE. IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2021. 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_domicilio_continua?Renda_domiciliar_per_capital/Renda_domiciliar_per_capita_2021.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

IDEC. Relatório final da pesquisa sobre educação financeira. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://guiadosbancosresponsaveis.org.br/media/496355/relato-rio-final-da-pesquisa-sobre-educac-a-o-financeiradocx.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2023.

KADOYA, Y.; KHAN, M. S. R. What determines financial literacy in Japan? *Journal of Pension Economics and Finance*, v. 19, n. 3, p. 353-371, 2020. DOI 10.1017/s1474747218000379.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, F. N. M.; ANDRADE, M. L. Alfabetização financeira: mapeamento dos antecedentes da tomada de decisão em relação à finanças pessoais. *Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão*, v. 4, n. 2, p. 22-44, 2020.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Planning and financial literacy. How do women fare? *American Economic Review*, v. 98, n. 2, p. 413-317, 2008. DOI 10.1257/aer.98.2.413.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy around the world: an overview. *Journal of Pension Economics and Finance*, v. 10, n. 4, p. 497-508, 2011(a). DOI 10.1017/S1474747211000448.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and planning: implications for retirement wellbeing, 2011(b). Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w17078>. Acesso em: 02 fev. 2023.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014. DOI 10.1257/jel/52/1/5.

LUSARDI, A.; WALLACE, D. Financial literacy and quantitative reasoning in the high school and college classroom. *Numeracy*, v. 6, n. 2, 2013. DOI 10.5038/1936-4660.6.2.1

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S.; CURTO, V. Financial literacy among the young. *The Journal of Consumer Affairs*, v. 44, n. 2, p. 358-380, 2010. DOI 10.1111/j.1745-6606.2010.01173.x

MAIA, L. L.; COLARES, A. C. V.; CRUZ, N. D.; BRESSAN, V. G. F. Fatores influenciadores da rentabilidade das cooperativas de crédito brasileiras. In: Anais do XIII

Congresso da AnpCont - Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333907056_Fatores_Influenciadores_da_Rentabilidade_das_Cooperativas_de_Credito_Brasileiras. Acesso em: 28 mar. 2022.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARION, P. Cooperativas de Crédito e Bancos: uma análise comparativa envolvendo a percepção dos cooperados/correntistas sobre o ser cooperado ou não. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/8748>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MARQUES, F. B. Bancos tradicionais x bancos digitais: uma análise das implicações causadas pelos bancos digitais no mercado bancário brasileiro. 2019. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional – Mestrado Profissional) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28298>. Acesso em: 07 out. 2022.

MATTA, R. C. B. Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. 2007. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5293>. Acesso em: 10 mar. 2023.

NASCIMENTO, T. G. A participação do setor privado e a importância das alianças multissetoriais para o desenvolvimento da ENEF. In: FORTE, C.M J. (org.). **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)**: em busca de um Brasil melhor. São Paulo: Riemma Editora, 2020. p. 60-77. DOI 10.52343/riemmaeditora.978-65-00-11588-8.

NASCIMENTO, B.; CASTRO, J.; COSTA, M.; FONSÊCA, F. Comportamento financeiro do consumidor: educação financeira de alunos de ensino médio em escolas públicas e privadas. *Revista Pesquisa Em Administração UFP*, v. 1, n. 1, p. 22-39, 2017.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira, 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/%5bPT%5d%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>. Acesso em: 08/02/2023.

OECD. OECD/INFE International survey of adult financial literacy competencies, Paris, 2016. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/oecd-infe-survey-adult-financial-literacycompetencies.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ORTIZ, E. O que é instituição financeira e quais tipos existem? Serasa Ecred, 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/ecred/blog/o-que-e-instituicao-financeira-e-quais-tipos-existem/>. Acesso em: 13 de fev. 2023.

PCF. PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. História do cooperativismo. 2016. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-2/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>. Acesso em: 04 de fev. 2023.

POTRICH, A. C. G. Alfabetização financeira: integrando conhecimento, atitude e comportamento financeiros. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/4672>. Acesso em: 6 fev. 2023.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 12, n. 3, 2013. DOI 10.5329/RECADM.2013025.

POTRICH, A.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira. FGV Repositório Digital. 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18826>. Acesso em: 10 fev. 2023.

POTRICH, A.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. *Rev. cont, finance.*, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/wM9hSthWFCztM3t8bbbqPSG/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA. História do município. Disponível em: <https://itabaiana.se.gov.br/texto/1/historia-do-municipio>. Acesso em: 23 mar. 2023.

REIS, T. Intermediação financeira: clique e entenda sua importância. Suno, 2021. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.suno.com.br/artigos/intermediacao-financeira/amp/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

REIS, E. A.; REIS, I. A. Análise descritiva de dados. Universidade Federal de Minas Gerais, 1.ed., 2002. Disponível em: <https://pdf4pro.com/view/an-225-lise-descritiva-de-dados-universidade-federal-de-62440e.html>. Acesso em: 18 set. 2022.

REISDORFER, V. K. Introdução ao cooperativismo. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014. ISBN 978-85-63573-72-8. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/209625>. Acesso em: 02 out. 2022.

REMUND, D. L. Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. *Journal of Consumer Affairs*, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010. DOI 10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x.

RICHARDSON, J. R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SALES, V. A educação financeira no contexto do aprendizado escolar: um estudo com alunos do ensino fundamental II em uma escola particular no interior de Pernambuco. 2018. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11889/1/VKOS04102018.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SANTOS, G. M. dos; FERREIRA, M. C. O.; BIZZARIAS, F. S.; CUCATO, J. da S. T.; SILVA, J. G. da. O papel da educação financeira no endividamento: estudo de servidores de uma instituição pública de ensino do estado de São Paulo. *Revista de Administração de Roraima*, v. 10, 2020. DOI 10.18227/2237-8057rarr.v10i0.5732

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *RAP – Revista de Administração Pública*, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007. DOI 10.1590/S0034-76122007000600006

SCHARDONG, A. **Cooperativa de crédito**: instrumento de organização econômica da sociedade. Rigel: Porto Alegre, 2002.

SCHERESBERG, Carlo de Bassa. Financial literacy and financial behavior among young adults: evidence and implications. *Scholar Commons*, v. 6, n. 2, Article 5. University of South Florida, 2013. DOI 10.5038/1936-4660.6.2.5

SCHIMMELFENIG, C. Cooperativismo de crédito: uma tendência. *Revista de Administração e Ciências Contábeis do Edeau*, v. 5, p. 1-12, 2010. Disponível em: https://www.getulio.ideal.com.br/wp-content/files_mf/ab03a29089b69f1df7fbef5350cab84084_1.pdf. Acesso em: 17 Fev. 2022.

SCOPEL, D. C.; SANTOS, E. O. A educação cooperativa como gerador de mudanças sociais: um estudo sobre a 6ª Semana da educação financeira na cidade de Itamaraju/BA. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC*. v. 7, edição especial, 2020, p. 146-160. DOI 10.5902/2359043241725)

SEKITA, S. Financial literacy and retirement planning in Japan. *Journal of Pension Economics and Finance*, v. 10, n. 4, p. 637-656, 2011. DOI 10.1017/S1474747211000527.

SERASA EXPERIAN. Educação financeira do brasileiro vai além da escolaridade, revela estudo inédito da Serasa Experian e do IBOPE Inteligência. Serasa Experian. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/educacao-financeira-do-brasileiro-vai-alem-da-escolaridade-revela-estudo-inedito-da-serasa-experian-e-do-ibope-inteligencia>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SILVA, I. Relação entre a literacia financeira pessoal, literacia financeira empresarial e decisões financeira de curto prazo de proprietários/gerentes de pequenos negócios empresariais do setor terciário da região Nordeste do Brasil. 2022. Tese do Doutorado. (Doutorado em Administração de Empresas), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/29528>. Acesso em: 02 fev. 2023.

SILVA, I.; FORTE, D.; OLIVEIRA, S. F. de. Qual a relação entre literacia financeira, variáveis demográficas e decisões financeiras? Um estudo com gestores de Pequenos Negócios do setor terciário da região Nordeste. Anais Convibra, 2022. Disponível em: https://convibra.org/congresso/res/uploads/pdf/artigo_pdf3Bghib26.08.2022_12.15.28.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

SILVA, L. Análise da abordagem e relevância da educação financeira no contexto do ensino médio em escola privada no município de Natal-RN. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/35604>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SILVA, R. da; TEIXEIRA, A.; BEIRUTH, A. X. Finanças pessoais e educação financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do centro-oeste brasileiro. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, v. 5, n. 10, p. 113-136, 2016. DOI 10.30681/ruc.v5i10.1382

SOARES, F. P.; MARCHITO, E. F. B. Educação financeira no Brasil: uma análise da estratégia nacional para a educação financeira (ENEF) sob a ótica do processo de elaboração de políticas públicas. *Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior: Vianna Sapiens*. v. 10, n. 2, 2019. DOI 10.31994/rvs.v10i2.581.

TEIXEIRA, A.; WUNDERLICH, A.; SANTOS, F.; FERREIRA, R. Vantagens e desvantagens da implantação da disciplina educação financeira nas escolas de ensino médio na cidade de pinhais. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) – Faculdades de Pinhais, Pinhais, 2010. Disponível em: <https://www.educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-vantagens-e-desvantagens-da-implantacao-da.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

TOLEDO, A. Educação financeira: por que precisamos dela? In: FORTE, C.M J. (org.). **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF): em busca de um Brasil melhor**. São Paulo: Riemma Editora, 2020. p. 16-29. DOI 10.52343/riemmaeditora.978-65-00-11588-8.

VEJA. Serviços, maior setor do PIB, despencam no início do ano. *Economia*, 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/servicos-maior-setor-do-pib-despencam-no-inicio-do-ano/>. Acesso em: 23 Abr. 2023.

VIEIRA, K.; KUNKEL, F.; CAMPARA, J.; PARABONI, A. Alfabetização financeira dos jovens universitários Rio-Grandenses. *Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle*, v. 5, n. 1, p. 107-133, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229391643.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

VILANOVA, F. C. As barreiras para o desenvolvimento das cooperativas de crédito no Brasil: uma perspectiva a partir da percepção de valor dos usuários de serviços financeiros. 2020. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Negócios) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Porto Alegre, 2020. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9284/Fabiano%20Caldeira%20Vilanova_.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 fev. 2023.

XAVIER, B. R.; ARAÚJO, T. S.; TISOTT, S. T.; SANTOS, C. A. dos. Educação financeira: influência dos fatores demográficos e socioeconômicos na atitude e comportamento financeiro de estudantes do ensino médio. *Revista Estudos e Pesquisas em Administração – Repad*, v. 5. n. 2, 2021, p. 65-83. DOI 10.30781/repad.v5i2.11649.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2.ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa acadêmica **“EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O CONHECIMENTO ACERCA DE BANCOS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO”**, que faz parte do trabalho de conclusão do curso de Administração da UFS – Campus de Itabaiana, do formando Adolfo Neto.

A pesquisa tem como objetivo analisar o conhecimento da população de Itabaiana acerca de bancos e cooperativas. Sua participação é voluntária e você **não precisará se identificar**. O tempo estimado para responder todas as questões é de **10 minutos**, aproximadamente.

Desde já agradecemos sua colaboração.

A participação no aplicativo terá o efeito de aceite da seguinte afirmação abaixo:

Declaro que li e entendi os objetivos deste estudo, e que estou ciente que a participação é voluntária.

Sim, concordo em participar da pesquisa.

Você é correntista de algum banco ou cooperativas de crédito?

() Sim () Não

* Obrigatório

Dados Sociodemográficos (seção 2 de 5)

1 - Gênero *

() Masculino () Feminino
() Outros () Prefiro não responder

2 - Escolaridade *

() Ensino fundamental incompleto
() Ensino fundamental completo
() Ensino médio incompleto
() Ensino médio completo
() Ensino superior incompleto
() Ensino superior completo
() MBA, mestrado, doutorado ou qualquer outro curso de pós-graduação

3 – Qual a sua principal ocupação? *

() Funcionário de empresa pública
() Funcionário de empresa privada do agronegócio
() Funcionário de empresa privada da indústria
() Funcionário de empresa privada do comércio

- Funcionário de empresa privada de serviço
- Empresário do agronegócio
- Empresário da indústria
- Empresário do comércio
- Empresário do setor de serviços
- Profissional autônomo
- Sem ocupação
- Outros: Qual? _____

4 – Rendimento mensal*

- Até ½ salário mínimo
- Mais de meio a 1 salário mínimo
- Mais de 1 até 2 salários mínimos
- Mais de 2 até 3 salários mínimos
- Mais de 3 até 5 salários mínimos
- Mais de 5 salários mínimos

Educação Financeira (seção 3 de 5) –

*** Obrigatório**

5 - Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro. *

- Mais do que R\$ 150,00.
- Menos do que R\$ 150,00.
- Exatamente R\$ 150,00.
- Não sei.

6 - Suponha que José herde R\$ 10.000,00 hoje e Pedro herde R\$ 10.000,00 daqui a 3 anos. Devido à herança, quem ficará mais rico? *

- José.
- Pedro.
- São igualmente ricos.
- Não sei.

7 - Imagine que a taxa de juros incidente sobre sua conta poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação seja de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você será capaz de comprar com o dinheiro dessa conta? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro. *

- Mais do que hoje.
- Menos do que hoje.
- Exatamente o mesmo.
- Não sei.

8 - Suponha que no ano de 2023 sua renda dobrará e os preços de todos os bens também dobrarão. Em 2023, o quanto você será capaz de comprar com a sua renda? *

- Mais do que hoje.
- Menos do que hoje.
- Exatamente o mesmo.
- Não sei.

9 - Considerando-se um longo período de tempo (ex.: 10 anos), qual ativo, normalmente, oferece maior retorno? *

- Poupança.
- Títulos públicos.
- Ações.
- Não sei.

10 - Normalmente, qual ativo apresenta as maiores oscilações ao longo do tempo? *

- Poupança.
- Títulos públicos.
- Ações.
- Não sei.

11 - Quando um investidor distribui seu investimento entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro: *

- Aumenta.
- Diminui.
- Permanece inalterado.
- Não sei.

12 - Um empréstimo com duração de 15 anos normalmente exige pagamentos mensais maiores do que um empréstimo de 30 anos, mas o total de juros pagos ao final do empréstimo será menor. Essa afirmação é: *

- Verdadeira.
- Falsa.
- Não sei.

13 - Suponha que você realizou um empréstimo de R\$ 10.000,00 para ser pago após um ano e o custo total com os juros é R\$ 600,00. A taxa de juros que você irá pagar nesse empréstimo é de: *

- 0,3%.
- 0,6%.
- 3%.
- 6%.
- Não sei.

14 - Suponha que você viu o mesmo televisor em duas lojas diferentes pelo preço inicial de R\$ 1.000,00. A loja A oferece um desconto de R\$ 150,00, enquanto a loja B oferece um desconto de 10%. Qual é a melhor alternativa? *

- Comprar na loja A (desconto de R\$150,00).
- Comprar na loja B (desconto de 10%).
- Não sei.

15 - Imagine que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai obter? *

- 100.
- 200.
- 1000.
- 5000.
- Não sei.

16 - Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é: *

Verdadeira.

Falsa.

Não sei.

17 - Quando a inflação aumenta, o custo de vida sobe. Essa afirmação é: *

Verdadeira.

Falsa.

Não sei.

Conhecimento sobre bancos (seção 4 de 5)

*** Obrigatório**

18 - Os bancos apresentam uma maior diversidade de produtos e serviços financeiros. *

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo/nem concordo

Concordo

Concordo totalmente

19 - O Banco Central do Brasil é o órgão de controle dos bancos comerciais. *

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo/nem concordo

Concordo

Concordo totalmente

20 - O cliente do banco comercial tem seus recursos protegidos por CPF em até R\$ 250 mil, em caso de quebra, pelo Fundo Garantidor de Crédito. *

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo/nem concordo

Concordo

Concordo totalmente

21 - Os bancos promovem a educação financeira. *

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo/nem concordo

Concordo

Concordo totalmente

22 - Os bancos são empresas voltadas ao lucro e à melhor remuneração para seus acionistas. *

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo/nem concordo

Concordo

Concordo totalmente

23 - Os bancos são instituições sólidas, o que dá mais segurança para os correntistas. *

Discordo totalmente

-) Discordo
-) Não concordo/nem discordo
-) Concordo
-) Concordo totalmente

24 - Os bancos oferecem maior rendimento nas aplicações financeiras. *

-) Discordo totalmente
-) Discordo
-) Não concordo/nem discordo
-) Concordo
-) Concordo totalmente

25 - O CDB (Certificado de Depósito) é um tipo de renda fixa dos bancos comerciais. *

-) Discordo totalmente
-) Discordo
-) Não concordo/nem discordo
-) Concordo
-) Concordo totalmente

26 - Os bancos possuem uma maior disponibilidade de agências. *

-) Discordo totalmente
-) Discordo
-) Não concordo/nem discordo
-) Concordo
-) Concordo totalmente

27 - Os bancos oferecem mais opções de atendimento ao cliente em todos os canais de atendimento (agência, *internet bank*, APP, caixa eletrônico etc.). *

-) Discordo totalmente
-) Discordo
-) Não concordo/nem discordo
-) Concordo
-) Concordo totalmente

Conhecimento sobre cooperativas (seção 5 de 5)

* Obrigatório

28 - As cooperativas de crédito são empresas sem fins lucrativos. *

-) Discordo totalmente
-) Discordo
-) Não concordo/nem discordo
-) Concordo
-) Concordo totalmente

29 - Nas cooperativas de crédito, além de realizar transações como cliente, os sócios-cooperados podem participar da gestão e das decisões de distribuição de seus lucros. *

-) Discordo totalmente
-) Discordo
-) Não concordo/nem discordo
-) Concordo

Concordo totalmente

30 - O sócio das cooperativas e bancos cooperativos tem seus recursos protegidos em até R\$ 250 mil, em caso de quebra, pelo Fundo Garantidor das Cooperativas. *

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo/nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

31 - O Sicoob (Banco Cooperativo do Brasil) é o órgão de controle dos bancos cooperativos. *

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo/nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

32 - As cooperativas de crédito promovem a educação financeira. *

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo/nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

33 - As cooperativas de crédito efetivamente promovem o desenvolvimento econômico e social das comunidades. *

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo/nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

34 - As cooperativas de crédito oferecem crédito a juros mais baixos e melhores condições de pagamento. *

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo/nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

35 - O RDC (Recibo de Depósito) é um tipo de aplicação em renda fixa das cooperativas. *

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo/nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

36 - As cooperativas de crédito disponibilizam para seus sócios os mesmos produtos e serviços financeiros que os bancos comerciais. *

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo/nem discordo

-) Concordo
-) Concordo totalmente

37 - Os lucros gerados pelas cooperativas de crédito são devolvidos aos sócios por meio da distribuição de resultados.*

-) Discordo totalmente
-) Discordo
-) Não concordo/nem discordo
-) Concordo
-) Concordo totalmente

38 – O que você acha mais importantes na hora de escolher uma instituição financeira? (Pode marcar quantas opções quiser)*

-) Baixo custo (tarifas e juros)
-) Disponibilidade dos produtos que preciso
-) Gerar benefícios para as comunidades onde estão inseridas
-) Maior rentabilidade nos investimentos
-) Atendimento profissional e qualificado
-) Nome da instituição reconhecida no mercado
-) Facilidade de encontrar agências
-) Solidez da instituição financeira
-) Experiência no uso dos serviços digitais
-) Promoção do desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental)
-) Gerar impacto social positivo nas comunidades
-) Relacionamento pessoal com os clientes
-) Atendimento exclusivo por faixa de renda
-) Pouca burocracia nas transações